

<b>Título do capítulo</b>	CAPÍTULO 9 – GRUPOS OCUPACIONAIS NA PNAD BRASIL (2002-2015): MUDANÇAS E PISTAS PARA UM MAPA DE CLASSES A PARTIR DA RENDA
<b>Autor</b>	André Rego Viana
<b>DOI</b>	<a href="http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-064-6/capitulo9">http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-064-6/capitulo9</a>
<b>Título do livro</b>	DINÂMICA ECONÔMICA, MUDANÇAS SOCIAIS E NOVAS PAUTAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS
<b>Organizadores</b>	João Cláudio Basso Pompeu André Rego Viana Luís Carlos Garcia de Magalhães Ana Paula Vasconcelos Gonçalves
<b>Volume</b>	-
<b>Série</b>	-
<b>Cidade</b>	Brasília
<b>Editora</b>	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
<b>Ano</b>	2023
<b>Edição</b>	-
<b>ISBN</b>	978-65-5635-064-6
<b>DOI</b>	<a href="http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-064-6">http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-064-6</a>

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – ipea 2023

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesse: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

## GRUPOS OCUPACIONAIS NA PNAD BRASIL (2002-2015): MUDANÇAS E PISTAS PARA UM MAPA DE CLASSES A PARTIR DA RENDA

André Rego Viana<sup>1</sup>

### 1 INTRODUÇÃO

Este capítulo tem por objetivo retomar, ampliar e aprofundar a apresentação e a problematização dos dados obtidos na pesquisa do projeto do Ipea intitulado *Dinâmica Econômica, Mudanças Sociais e Novas Pautas de Políticas Públicas*.<sup>2</sup> Nesse sentido, pretendemos mostrar como os dados que vêm sendo trabalhados nessa pesquisa indicam como mudanças na participação da renda entre os diversos grupos socioeconômicos – e em decorrência das classes sociais por estes compostas – podem ajudar a explicar a trajetória política recente do país. Concluímos em trabalho anterior que os dados corroboram a hipótese de Singer (2015; 2018), segundo o qual, especialmente a partir do primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff, as políticas redistributivas adotadas nos mandatos presidenciais do Partido dos Trabalhadores (PT) de fato “cutucaram onças com varas curtas” (Gonçalves *et al.* 2021, p. 18). Em resumo, a ideia é a de que o pacto desenvolvimentista e a coalização que apoiou o reformismo fraco do PT, particularmente a partir do segundo governo de Luiz Inácio Lula da Silva, foram erodidos – embora não somente por essa causa – pelo acirramento do conflito distributivo na estrutura de classes da sociedade brasileira, o que contribuiu para o ressurgimento, na boa expressão de Magalhães (2015), de um *pacto antidistributivista*.

Este capítulo é constituído por sete seções, incluindo-se esta introdução. Na segunda seção, realiza-se uma breve discussão metodológica que pavimentava a discussão subsequente, na qual encadeamos um resumo dos principais achados da pesquisa. A isso, seguem-se três seções que apresentam a variação de rendas dos grupos ocupacionais, separados em blocos demarcados por sua função no processo produtivo/rendas, e uma breve conclusão.

---

1. Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest).  
E-mail: andre.viana@ipea.gov.br.

2. Parte dos dados aqui discutidos foi apresentada em artigos anteriores nos congressos da Sociedade Brasileira de Sociologia – SBS (Gonçalves *et al.*, 2021), da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs) e da Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (Anpec), ao longo de 2021.

No primeiro bloco, encontra-se a base da classe trabalhadora, numerosa em termos populacionais, mas com as rendas mais baixas e composta tanto por trabalhadores não destituídos (trabalhadores típicos), como pelos destituídos de ativos (trabalhadores elementares, empregados domésticos e conta própria precários).

No segundo grupo, formado por trabalhadores com rendas médias e detentores de ativos de menor valor, estão incluídos tanto autônomos quanto empregados qualificados e supervisores – estes últimos *não destituídos de ativos*. Além destes, incluímos aqui os empregados especialistas – com rendas mais altas e categorizados como privilegiados –, por conta de executarem funções heterônomas e subordinadas no processo produtivo.

Finalmente, no terceiro bloco, encontram-se os grupos de rendas mais altas e categorizados como privilegiados – com exceção dos trabalhadores especialistas –, e esse bloco é majoritariamente definido pelas ocupações típicas da pequena burguesia/classes médias, embora também estejam aqui os fazendeiros e capitalistas que compõem o grupo de maiores rendas de nossa amostra.

Por último, os achados são rediscutidos em conclusões, nas quais realizamos a síntese de nossos argumentos.

## 2 UMA BREVE DISCUSSÃO DO MÉTODO

A classificação da população em grupos socioeconômicos, a partir dos códigos ocupacionais possibilitados pelos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE),<sup>3</sup> permite-nos, com certa imaginação sociológica,<sup>4</sup> intuir os processos ocorridos nas classes sociais que compõem a sociedade brasileira, embora, por exemplo, a alta burguesia (capitalistas do núcleo oligopolista e rentistas) não esteja aqui perfeitamente retratada.<sup>5</sup> No outro extremo, o rendimento dos trabalhadores subempregados e do lumpesinato clássico também não são perfeitamente capturados, e necessitaríamos de correções por meio de cruzamentos com a Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), também

3. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>.

4. Nos referimos aqui ao exercício de projetar o entendimento das estatísticas, a partir do que C. Wright Mills (1980) descreveu em seu livro *A Imaginação Sociológica* como o fazer da sociologia clássica. Segundo o autor “a imaginação sociológica nos permite compreender a história e a biografia e as relações entre ambas, dentro da sociedade. Essa é a sua tarefa e a sua promessa. A marca do analista social clássico é o reconhecimento delas: é a característica de Herbert Spencer – grandiloquente, polissilábico, geral; de E. A. Ross – gracioso, estrito, reto; de Auguste Comte e Emile Durkheim; do complicado e sutil Karl Mannheim. É a qualidade de tudo o que é intelectualmente excelente em Karl Marx; é a chave da brilhante e irônica perfeição de Thorstein Veblen, das formulações multilaterais que Joseph Schumpeter dá à realidade; é a base da penetração psicológica de W. E. H. Lecky, tal como da profundidade e clareza de Max Weber. É a marca do que há de melhor nos estudos contemporâneos do homem e da sociedade” (Mills, 1980, p. 12). Devemos agregar o próprio Wright Mills a essa lista, bem como os autores brasileiros discutidos no capítulo sobre pensamento social brasileiro, além de frisar que o exercício independe da linhagem teórica professada na sociologia, como demonstra a lista já referida.

5. Devido a sua natureza amostral e autodeclaratória, a PNAD não captura os rendimentos das classes superiores de forma plena, como apontado pela literatura (Santos, 2002; Ribeiro, 2007; entre outros). Um ajuste demandaria uma correção com os dados da Receita Federal do Brasil (RFB). Para um estudo mais detalhado sobre a renda das classes superiores no Brasil, ver Souza (2018).

conduzida pelo IBGE. Contudo, devido à utilização de codificações diferentes, essas bases de dados (PNAD e POF) seguem desafiando os esforços de compatibilização de diversos pesquisadores.<sup>6</sup>

Por sua vez, o recorte econômico, aqui largamente utilizado pela natureza própria dos dados, por vezes nos leva a um argumento reducionista que pode resvalar a um certo “economicismo” presente em outros trabalhos sobre o tema – por exemplo, Neri (2011). É necessário, para escapar de tais armadilhas e, na melhor tradição sociológica, “lembrar esquecendo” e “esquecer lembrando” que, para além do substrato econômico, a constituição das classes sociais se dê pela vivência cotidiana na qual fatores políticos, culturais e ideológicos são constituintes da possibilidade destas se identificarem como tais – a transformação do “sujeito em si” no “sujeito para si”, na tradição marxista (Thompson, 1987a; 1987b; 1987c) –, e que as classes não são homogêneas, tendendo a repartirem-se em frações com pautas distintas e muitas vezes conflitantes entre si.<sup>7</sup> As categorias socioeconômicas aqui utilizadas, portanto, são constituídas por agrupamentos muitas vezes bastante heterogêneos e com visões de mundo que não necessariamente correspondem a sua função real nessa sociedade.

Como exemplos, podemos pensar o caso do pequeno burguês ou do trabalhador autônomo que se acredita membro da burguesia por empregar um pequeno número de trabalhadores, mesmo não sendo capaz de se apropriar de fato da mais-valia gerada em seu negócio, por se ver em relações de trocas desiguais com empresas oligopolistas ou um sistema financeiro hipertrofiado como o brasileiro (Viana, 2005; em particular, o capítulo 9), ou do trabalhador que nega sua origem na classe trabalhadora ao conquistar um diploma universitário, ainda que este apenas lhe permita escalar da condição de trabalhador típico à de especialista, ou obter um pequeno cargo de gerência. A confusão ideológica é típica em diversas ocupações das chamadas “classes médias”, mas esse debate vai muito além e é mais complexo que o objetivo deste estudo.<sup>8</sup>

A dificuldade de compatibilização entre códigos ocupacionais distintos utilizados nesses levantamentos (POF e PNAD) também explica nosso recorte histórico do período 2002-2015 – com a ausência de 2010, quando foi produzido Censo Demográfico do IBGE. Tanto a PNAD Contínua, que passou a ser coletada a partir de 2015, quanto a PNAD Anual, anterior a 2002, fazem usos de códigos diferentes, o que gera incompatibilidades que impedem, até o momento, o encadeamento da série histórica.

---

6. Um colega do Ipea trabalhou nessa compatibilização com um dos estatísticos de nossa equipe, durante o período de elaboração do livro, mas eles ainda não obtiveram um sucesso que permitisse elaborar um primeiro capítulo para este livro.

7. Ver o clássico *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte* de Marx (1978) ou os cadernos de Gramsci (1999; 2000a; 2000b; 2001; 2002a; 2002b) sobre o tema.

8. Para a primeira discussão do grupo de pesquisa sobre o tema, ver Pompeu *et al.* (2020) e Santos (2002). Para a discussão na sociologia brasileira, ver o capítulo 1 deste volume, escrito por Pompeu *et al.* Sobre as classes médias, ver o imprescindível Mills (1951), além dos estudos de caso produzidos por autores brasileiros (Neri, 2011; Pochman, 2012; Cardoso e Prêteceille, 2017; entre outros).

Em nossa pesquisa, como referido anteriormente, partimos do esquema original de Santos (2002) e inserimos o recorte da fração dos servidores públicos, do corpo dos quais destacamos os servidores públicos militares (bombeiros e policiais), devido a apresentarem uma trajetória distinta de suas rendas com relação às categorias socioeconômicas de origem. O quadro 1 é um quadro-resumo das categorias socioeconômicas constituídas a partir das categorias ocupacionais utilizadas em nossa pesquisa. Dessa forma, conjugam-se os critérios operacionais apresentados no capítulo metodológico (capítulo 3 deste livro), a discussão propositiva do capítulo de Santos (capítulo 5) e uma descrição mais conceitual, que permite ao leitor intuir a composição do grupo socioeconômico mediante exemplos mais concretos.

**QUADRO 1**  
**Categorias socioeconômicas**

Categorias	Critérios operacionais	Descrição conceitual	Grupo de renda/posição de propriedade ou comando
Capitalistas e fazendeiros	Posição na ocupação de empregador; empregador não agrícola com onze ou mais empregados; empregador agrícola com onze ou mais empregados permanentes; empregador agrícola que emprega simultaneamente seis ou mais empregados permanentes e onze ou mais empregados temporários; empregador agrícola com mil hectares ou mais de terra, independentemente do número de empregados.	Classe de proprietários com a característica de serem empregadores/proprietários de grandes extensões de terras ou de um maior número de empregados. O grau de riqueza, contudo, é bastante heterogêneo e agrupa setores da burguesia rural e urbana.	Superior/privilegiada
Pequenos empregadores	Posição na ocupação de empregador; empregador não agrícola que ocupa de um a dez empregados; empregador agrícola com três a dez empregados permanentes, desde que não empregue simultaneamente de seis a dez empregados permanentes e onze ou mais empregados temporários.	Detentores de capital que geralmente trabalham lado a lado com seus empregados e realizam tarefas parecidas com as destes, mas beneficiando-se da apropriação do trabalho excedente. Muitas vezes denominados de pequena burguesia ou lúmpen-burguesia (Wright Mills).	Superior/privilegiada
Conta-próprias não agrícolas	Posição na ocupação de conta-própria com atividade de natureza não agrícola, cujo empreendimento ou titular possui uma ou mais das seguintes condições: estabelecimento (loja, oficina, fábrica, escritório, banca de jornal ou quiosque); veículo automotor (táxi, caminhão, van etc.) usado para trabalhar; ou ocupação qualificada no emprego principal.	Empreendedores individuais sem empregados e portadores de ativos de menor valor. Jornaleiros, chaveiros, costureiras e oficinas de reparos em geral, bem como trabalhadores avulsos de transporte como táxi, Uber, vans escolares e caminhoneiros autônomos.	Média/ativos de menor valor
Conta-próprias agrícolas	Posição na ocupação de conta-própria com atividade em empreendimento do ramo que compreende a agricultura, a silvicultura, a pecuária, a extração vegetal, a pesca e a piscicultura.	Pequeno proprietário rural sem empregados. Camponeses com pequenas posses.	Baixa/ativos de menor valor

(Continua)

(Continuação)

Categorias	Critérios operacionais	Descrição conceitual	Grupo de renda/posição de propriedade ou comando
Especialistas autoempregados ou autônomos	Posição na ocupação de conta-própria ou empregador; especialista de acordo com o grupo ocupacional sem empregados; especialista de acordo com o grupo ocupacional com até cinco empregados; especialista de acordo com o grupo ocupacional com estabelecimento (loja, oficina, fábrica e escritório); especialista de acordo com o grupo ocupacional sem estabelecimento (loja, oficina, fábrica e escritório).	Uma das categorias consideradas como pertencentes às classes médias. Seu <i>status</i> é definido pelo emprego por conta própria ou empregador de até cinco empregados, podendo possuir ou não estabelecimento profissional (escritório, consultório, loja e oficina). São indivíduos com um saber próprio diferenciado na sociedade ou que ocupam posição estratégica na divisão social do trabalho. Categoria em que se encontram grande parte dos chamados "profissionais liberais" como médicos, advogados e dentistas, bem como as "pessoas jurídicas" individuais.	Superior/privilegiada
Gerentes	Posição na ocupação de empregado, gerente de acordo com o grupo ocupacional, abrangendo os diretores de empresas, dirigentes da administração pública, administradores em organizações de interesse público (sem fins lucrativos etc.) e gerentes de produção, de operações e de áreas de apoio.	Outro grupamento das classes médias; tipicamente entendido como trabalhadores de colarinho branco, os gerentes são empregados inseridos em posições hierárquicas de comando/direção com delegação de autoridade por parte dos controladores do capital ou do Estado, que podem tomar decisões no interesse da organização, seja pública, seja privada.	Superior/privilegiada
Empregados especialistas	Posição na ocupação de empregado, especialista de acordo com o grupo ocupacional, incluindo-se as profissões credenciadas, as profissões de menor poder profissional e os professores do ensino médio e profissional com formação superior.	Empregados, em atividades relacionadas às ocupações de "classes médias", caracterizados por profissões credenciadas, com escolaridade superior; também grupos semiprofissionais e professores do ensino médio e superior, bem como fiscais de tributação, arrecadação, peritos judiciais e outros ofícios de justiça. Atividades podem dar-se no setor público ou privado.	Média-alta/privilegiada
Empregados qualificados	Posição na ocupação de empregado; empregado qualificado de acordo com o grupo ocupacional, abrangendo os técnicos de nível médio nas diversas áreas, os professores de nível médio ou formação superior no ensino infantil, fundamental e profissional, os professores em educação física e a educação especial.	Trabalhadores com qualificações diferenciadas com relação aos trabalhadores típicos, mas sem que se caracterize a exclusividade da formação dos especialistas. Parte desses trabalhadores encontra-se no setor público.	Média/não destituídos
Supervisores	Posição na ocupação de empregado, supervisor, chefe, mestre ou contramestre de acordo com o grupo ocupacional.	Trabalhadores com posição de chefia inferior na indústria, comércio e serviços. Uma pequena parcela destes trabalhadores se encontra no setor público.	Média/não destituídos
Trabalhadores típicos	Posição na ocupação de empregado: trabalhador em reparação e manutenção mecânica, ferramenteiro e operador de centro de usinagem; trabalhador de semirrotina na operação de instalações químicas, petroquímicas e de geração e distribuição de energia; trabalhador de semirrotina em serviços administrativos, comércio e vendas; trabalhador de rotina na operação de máquinas e montagem na indústria; trabalhador de rotina em serviços administrativos, comércio e vendas.	Classe operária tradicional (colarinho azul) com alguma formação e trabalhadores assemelhados no comércio e nos serviços com vínculo formal de trabalho. Uma pequena parcela desses trabalhadores encontra-se no setor público.	Baixa/não destituídos

(Continua)

(Continuação)

Categories	Critérios operacionais	Descrição conceitual	Grupo de renda/posição de propriedade ou comando
Trabalhadores elementares	Posição na ocupação de empregado: trabalhador com tarefas de trabalho bastante elementares na indústria e nos serviços, como ajudantes de obras, trabalhadores elementares na manutenção de vias públicas, faxineiros, lixeiros e carregadores de carga; trabalhadores manuais agrícolas, garimpeiros e salineiros, exclusive os trabalhadores na mecanização agrícola, florestal e drenagem.	Parcela inferior da classe operária e outros trabalhadores em atividades braçais, em geral de apoio à produção, limpeza geral e outras tarefas elementares vistas como socialmente inferiores. Uma pequena parcela desses trabalhadores encontra-se no setor público.	Baixa/destituídos de ativos
Conta-próprias precários	Posição na ocupação de conta-própria e empreendimento ou titular sem a posse de nenhuma das seguintes condições: estabelecimento (loja, oficina, fábrica, escritório, banca de jornal ou quiosque); veículo automotor (taxi, caminhão, van etc.) usado para o trabalho ou ocupação qualificada no emprego principal; posição na ocupação de trabalhador na produção do próprio consumo; posição na ocupação de trabalhador na construção para o próprio uso.	Trabalhadores autônomos sem vínculo formal e destituídos de posses mínimas. Trabalhadores envolvidos em atividades como a dos conta-próprias não agrícolas, mas tendo de arrendar os instrumentos mínimos – motoristas de Uber ou outros aplicativos e táxi que aluguem o automóvel/licença, por exemplo –, bem como em outras atividades consideradas socialmente inferiores, realizadas nos interstícios do mercado de bens e serviços ou complementares a serviços domésticos – como é o caso de faxineiras, jardineiros e piscineiros.	Baixa/destituídos de ativos
Empregados domésticos	Posição na ocupação de trabalhador doméstico, com ou sem carteira de trabalho assinada.	Trabalhadores domésticos, cuidadores e caseiros. Atividades sem possibilidade de progressão de carreira <i>dead end</i> e vistas como socialmente inferiores.	Baixa/destituídos de ativos

Fontes: Santos (2002, cap. 5) e critérios da PNAD/IBGE.  
Elaboração do autor.

Embora tenhamos inserido a fração dos servidores públicos, imaginando que eles, como categoria, seriam úteis em si para aprimorar o entendimento do funcionamento do mercado de trabalho brasileiro, o efeito mais interessante obtido foi que, ao retirarmos esses trabalhadores de outros grupos (gerentes, supervisores, trabalhadores típicos etc.), constatamos variações mais bem marcadas de perdas relativas na participação da renda de importantes parcelas da população, em especial de setores considerados como ocupações de “classe média”/pequena burguesia, como veremos adiante.

Junto com a expansão dos dados apresentados anteriormente, procuraremos mostrar como *a introdução da categoria servidores públicos se mostrou relevante para demonstrar diferenças no comportamento de rendas no mercado de trabalho privado vis-à-vis o setor público, em especial num período em que, dada a redistribuição de rendas ocorrida na sociedade brasileira, tal movimento afetou negativamente a remuneração de alguns grupos ocupacionais enquanto privilegiava os estratos de rendas mais baixas* (Gonçalves et al., 2021, p. 17).

### 3 PRINCIPAIS ACHADOS, VARIAÇÕES DA PARTICIPAÇÃO DAS CATEGORIAS SOCIOECONÔMICAS E PISTAS PARA A MOBILIDADE SOCIAL ASCENDENTE NO PERÍODO

As categorias socioeconômicas que, *grosso modo*, correspondem às classes média e alta (empregados especialistas e especialistas autoempregados, seguidos por capitalistas e fazendeiros, gerentes, conta-próprias não agrícolas e pequenos empregadores) foram as que apresentaram a menor evolução relativa de suas rendas, durante o período 2002-2015.

Sempre lembrando que o grupo *capitalistas e fazendeiros* não captura a cauda superior da distribuição de renda dos capitalistas e grandes proprietários de terra, mais bem descrevendo os ganhos da fração de rendas inferiores dessas categorias ocupacionais ou sendo largamente subestimadas, como também as rendas de outras ocupações de classe média.

As distorções de rendas na PNAD em comparação às declarações de imposto de renda de pessoas físicas (DIPFs) foram discutidas por Gobetti e Orair, que apontam que

embora os números da PNAD e DIPF sejam incrivelmente parecidos para o agregado de brasileiros que ganham acima de 3 salários-mínimos, eles são muito díspares se os compararmos para cada uma das faixas de renda que compõem esse agregado. Em resumo, a PNAD registra muito mais brasileiros recebendo entre 3 e 5 salários-mínimos do que o DIPF, enquanto a DIPF registra muito mais brasileiros recebendo acima de 20 salários-mínimos do que a PNAD. O que é uma forte evidência de que a PNAD subestima a renda dos mais ricos no Brasil, como ocorre em geral com pesquisas dessa natureza.

Para ser mais claro, a PNAD estima que em 2012 tínhamos 737.731 brasileiros em idade ativa recebendo uma renda superior a 20 salários-mínimos, mas o DIPF revela que este número é substancialmente maior e chega 2.284.165, três vezes mais. Além disso, adiantando algumas outras comparações, a PNAD indica que a renda média do 1% mais rico foi de R\$ 214 mil em 2012, mas os dados do DIPF estratificados por faixa de salário mínimo indicam que essa renda se situa entre R\$ 407 mil (1,5% mais ricos) e R\$ 816 mil (0,5% mais ricos) anuais – algo próximo a R\$ 600 mil. Estas estimativas são compatíveis com as de Medeiros *et al.* (2015),<sup>9</sup> que encontram uma renda média de R\$ 552 mil na DIPF de 2012, utilizando dados ainda mais desagregados (Gobetti e Orair, 2016, p. 11).

Nesse sentido, a renda média de capitalistas e fazendeiros – que seria de esperar que fosse a categoria socioeconômica com a concentração dos brasileiros de maior renda, no melhor ano (2012) de nossa série – seria cerca de R\$ 156 mil (R\$ 14 mil x 12). Esse grupo corresponde a cerca de 0,5% de nossa amostra e, em que pesem eventuais indivíduos com rendas superiores fora desse grupo, podemos

9. Medeiros, M.; Souza, P. H. G. F.; Castro, F. A. de. O topo da distribuição de renda no Brasil: primeiras estimativas com dados tributários e comparação com pesquisas domiciliares (2006-2012). *Dados*, Rio de Janeiro, v. 58, n. 1, p. 7-36, 2015.



comparar esse valor contra os R\$ 816 mil do grupo mais rico do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), como apontado no estudo citado, e constatar que a renda média real do grupo deveria ser algo entre quatro ou cinco vezes maior.

Independentemente do montante, o crescimento da renda média ter ocorrido em ritmo superior ao crescimento das rendas de capitalistas, fazendeiros e pequenos empregadores – e a retração da renda desse grupo após a crise iniciada no segundo semestre de 2014 ter se acentuado – corrobora a percepção de Magalhães (2015) de ocorrência de um *profit squeeze* nesse período, propiciado pelas políticas de distribuição de renda, em especial pelo crescimento do salário-mínimo.

Por sua vez, Saramago, Freitas e Medeiros sugerem que, a partir dos dados da Base de Dados Global de Renda e Riqueza (World Wealth and Income Database),

*não há dúvidas entre os especialistas que os mais pobres tiveram uma melhora na sua posição relativa (...) Essa melhora se deu a despeito do aumento da fatia dos 10% mais ricos, que também aumentou no período [2001-2015] (...) Os 1% mais ricos tiveram um crescimento ainda maior da sua renda relativa. Ou seja, o crescimento do peso relativo das duas pontas da distribuição se deu a partir da fatia dos 40% “do meio”, fomentando o debate sobre a nuance distributiva verificada no período* (Saramago, Freitas e Medeiros, 2018, p. 2).

As rendas financeiras não captadas pela PNAD parecem indicar, assim, que parcela dos capitalistas e da parte mais endinheirada das classes médias foi poupada desse *profit squeeze*, ao passo que outros setores o experimentaram de forma mais acentuada.<sup>10</sup>

Também mostramos que,

de outro lado, os grupos mais favorecidos com a redistribuição de renda foram os trabalhadores elementares e empregados domésticos, seguidos por militares (bombeiros e policiais) e os conta-próprias precários, enquanto trabalhadores típicos, servidores públicos e gerentes mantiveram sua posição relativa diante das alterações ocorridas, incorporando os ganhos do crescimento econômico a suas rendas (Gonçalves *et al.*, 2021, p. 18).<sup>11</sup>

Embora as informações da PNAD com as quais trabalhamos<sup>12</sup> apresentem limitações, é consenso na literatura (Santos, 2002; Ribeiro, 2007) que os dados são robustos. A PNAD capta o comportamento de parte relevante da população economicamente ativa (PEA);<sup>13</sup> inclusive, os desempregados, computados como trabalhadores excedentes na tabela 1.

10. O pequeno ganho na média da renda apresentado pelas categorias socioeconômicas de rendas superiores no período pode, além disso, esconder uma distribuição intersetorial com ganhos e perdas diferentes em cada setor. Infelizmente, nossa base de dados não permitiu uma desagregação de dados confiável para testar tal hipótese.

11. A apresentação gráfica dos dados será feita ao longo deste capítulo.

12. Ver capítulo 3 sobre metodologia desta publicação.

13. Algumas categorias não são perfeitamente classificáveis e são excluídas do modelo por Santos (2002). Ao adotar sua classificação, mantivemos os critérios e, portanto, nos referimos aqui a uma “quase” PEA.

**TABELA 1**  
**Distribuição do número estimado de pessoas, por ano de referência da PNAD, segundo a tipologia de classe (2002-2015)**  
 (Número estimado de pessoas, em 1 mil)

Classificação por categoria ocupacional	Ano de referência												
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015
<b>Brasil</b>	<b>84.402</b>	<b>86.035</b>	<b>89.535</b>	<b>92.921</b>	<b>95.222</b>	<b>96.083</b>	<b>98.194</b>	<b>99.908</b>	<b>99.905</b>	<b>101.122</b>	<b>102.347</b>	<b>105.636</b>	<b>104.780</b>
Capitalistas e fazendeiros	428	428	435	453	531	432	515	484	500	505	586	609	520
Pequenos empregadores	2.785	2.771	2.888	3.072	3.249	2.806	3.408	3.268	2.546	2.882	2.786	2.866	2.771
Conta-própria não agrícolas	5.251	5.277	5.442	5.531	5.608	5.704	5.441	5.403	6.300	6.507	6.389	6.975	7.285
Conta-própria agrícolas	4.292	4.324	4.723	4.521	4.435	4.167	4.130	4.117	4.403	3.978	3.959	4.209	4.230
Especialistas autoempregados	767	827	786	822	899	869	908	1.022	1.087	1.177	1.152	1.228	1.256
Gerentes	1.381	1.355	1.368	1.516	1.494	1.622	1.790	1.680	1.564	1.921	2.023	2.096	1.899
Empregados especialistas	1.246	1.297	1.350	1.429	1.574	1.654	1.796	2.035	2.229	2.413	2.497	2.728	2.634
Empregados qualificados	9.024	9.239	9.742	10.266	10.597	11.252	11.507	11.736	13.918	13.184	13.269	13.468	12.979
Supervisores	988	832	943	1.095	993	1.137	903	887	911	982	944	950	880
Trabalhadores típicos	14.285	14.736	16.040	16.311	17.175	17.657	19.564	19.136	19.818	21.260	21.657	21.758	20.060
Trabalhadores elementares	7.486	7.537	8.212	8.155	8.401	8.369	8.650	8.544	7.870	8.047	7.769	7.754	7.437
Conta-própria precários	7.604	7.816	7.966	8.286	8.279	8.680	8.699	8.951	8.303	8.403	8.675	9.013	9.311
Empregados domésticos	6.169	6.203	6.513	6.693	6.794	6.723	6.688	7.295	6.742	6.511	6.474	6.491	6.309
Trabalhador de subsistência	3.156	3.386	3.436	3.954	4.098	3.946	4.112	3.832	3.804	3.744	4.236	4.427	3.742
Trabalhador excedente	10.966	11.371	10.676	11.654	11.509	11.027	9.854	10.941	8.773	8.394	8.578	9.535	12.187
Servidores públicos	8.155	8.221	8.626	8.779	9.185	9.680	9.791	10.116	10.638	10.732	10.835	11.056	10.792
Gerentes (funcionários públicos)	485	499	519	556	570	609	551	523	527	523	562	538	508

(Continua)

Classificação por categoria ocupacional	Ano de referência												
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015
Empregados especialistas (funcionários públicos)	1.053	1.073	1.103	1.144	1.339	1.387	1.516	1.791	1.921	1.998	2.070	2.208	2.175
Empregados qualificados (funcionários públicos)	2.377	2.405	2.593	2.647	2.817	3.011	2.881	2.888	3.066	3.077	3.240	3.308	3.285
Supervisores (funcionários públicos)	181	188	173	202	184	194	250	172	164	165	151	146	138
Trabalhadores típicos (funcionários públicos)	3.243	3.252	3.367	3.325	3.416	3.510	3.626	3.872	3.975	3.971	3.909	3.968	3.853
Trabalhadores elementares (funcionários públicos)	817	804	870	904	857	969	967	920	985	998	903	889	834
Militares (bombeiros e policiais)	419	416	388	383	401	358	437	462	500	482	518	470	489
Gerentes militares	32	27	35	32	37	31	27	36	43	44	48	42	50
Empregados qualificados militares	2	2	1	1	2	3	3	8	15	9	27	15	14
Supervisores militares	73	60	59	72	62	63	79	92	107	102	128	122	135
Trabalhadores típicos militares	312	327	294	278	300	261	328	327	335	327	314	291	288

Fonte: PNAD Anual. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html>. Acesso em: 28 ago. 2023.  
Elaboração: Ipea.

Para efeito de análise do recorte das categorias socioeconômicas, parte-se das categorias ocupacionais da PNAD e são descartados os desempregados, na medida em que é impossível saber a classe social ou o grupo ocupacional ao qual pertencem. A renda analisada é a declarada para o trabalho principal – existem dados para todas as rendas, mas a diferença é desprezível, uma vez que rendas de aluguéis e rendimentos financeiros tendem a ser sonegados/não declarados, bem como os rendimentos de bicos nas classes de rendimentos inferiores, como apontado por Santos (2002). É necessário, portanto, termos em conta que o rendimento, tanto dos mais pobres – em especial dos que têm empregos precários – quanto dos muito ricos, é subestimado. Estatisticamente, os realmente ricos, que compõem o 0,1% superior nas declarações individuais de pessoas físicas ao imposto de renda, não aparecem nessas amostras, e até mesmo o 1% é sub-representado, como vimos anteriormente.<sup>14</sup>

Para facilitar a apresentação gráfica dos dados, separamos os grupos ocupacionais em três grandes blocos, que passamos a analisar ainda em nível agregado.

Como já apontamos, os estratos correspondentes ao que seria a burguesia clássica – seja financeira, seja capitalista ou até mesmo a latifundiária, que poderíamos identificar a partir dos dados do IRPF – têm suas rendas claramente subdeclaradas e estão misturados a congêneres menos aquinhoados, em especial no grupo de *capitalistas e fazendeiros* e nos *gerentes* de alto escalão. Para além destes, o grupo com rendimentos superiores de nossa tipologia por categorias ocupacionais concentra o que se convencionou chamar de “pequena burguesia” e trabalhadores de “colarinho branco”, na definição de Mills (1951), e é composto por *pequenos empregadores e especialistas autoempregados* – no qual se concentram os profissionais liberais, como advogados e médicos – bem como pela classe de *gerentes* – ainda que esta seja bastante heterogênea e alcance também o serviço público, a média de rendimentos e sua função social de gestores do capital justificam sua classificação no estrato superior, a qual será analisada no terceiro bloco.<sup>15</sup>

O segundo grupo é composto pelos estratos superiores da classe trabalhadora, em uma transição de funções de colarinhos branco e azul. Assalariados com carteira e vínculos formais *empregados especialistas*,<sup>16</sup> *supervisores*, *empregados qualificados* e

14. Pretendemos em trabalho futuro integrar esses dados da PNAD com os dados da POF e do IRPF, para termos um quadro mais completo.

15. A discussão de como cada categoria socioeconômica é composta se encontra mais detalhada no capítulo metodológico e no capítulo 5, de Santos. Dessa forma, vai-se além da abordagem de Wright Mills, com o objetivo de pensar a transmutação dessas categorias em classes ou frações de classes sociais, em uma leitura com clara inspiração marxista, seguindo também os passos de Paul Singer (1981).

16. A rigor, o rendimento dos empregados especialistas coloca-os em termos sociais também como classe média/colarinho branco, mas os deslocamos para o segundo grupo por conta de tratar-se de um trabalho subordinado e de natureza heterônoma, a exemplo dos demais grupos desse bloco, e também para equilibrar a apresentação gráfica.

*trabalhadores por conta própria não agrícolas*, que, em termos de renda, se colocam acima do grosso dos trabalhadores.

Finalmente, temos o grupo do proletariado e do subproletariado clássicos, formado por *trabalhadores típicos*, *trabalhadores elementares*, *conta-próprias precários*, *conta-próprias agrícolas* e *empregados domésticos*.

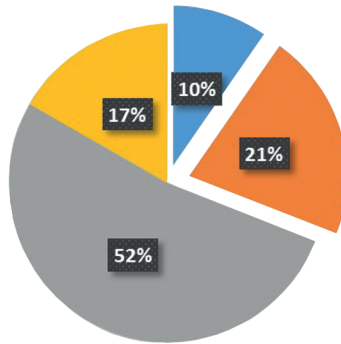
Abaixo desses trabalhadores, encontram-se os *trabalhadores de subsistência* e os *trabalhadores excedentes*, a cujo volume de membros na sociedade brasileira faremos referência, mas cuja renda não poderemos analisar, devido às limitações já apontadas em nossa base de dados.

O recorte da fração dos *servidores públicos* foi aplicado nas categorias socioeconômicas de *gerentes*, *empregados especialistas*, *empregados qualificados*, *supervisores*, *trabalhadores típicos* e *trabalhadores elementares*, enquanto o recorte de servidores públicos *militares (bombeiros e policiais)* é encontrado nas categorias socioeconômicas de *gerentes*, *empregados qualificados*, *supervisores* e *trabalhadores típicos*. Assim sendo, essas categorias ocupacionais serão analisadas destacando-se as especificidades desses trabalhadores nesses grupos.

A população captada pela pesquisa PNAD e submetida à classificação por grupos socioeconômicos aqui adotada expande-se de 84,4 para 104,8 milhões de pessoas (crescimento de 24,1%) no período analisado.

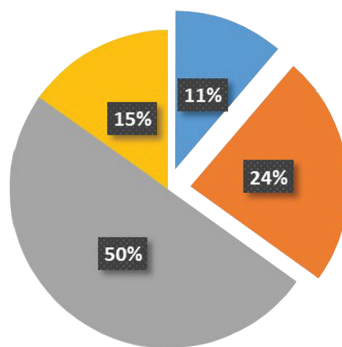
A participação das categorias socioeconômicas de rendas superiores que, *grosso modo*, correspondem à burguesia e à pequena burguesia em nossa amostra apresentou crescimento ao longo do período estudado (indo de 9,69% da amostra, em 2002, para 11,28%, em 2015, após um pico de 11,66% em 2014). Chama atenção um encolhimento relativo do grupo de pequenos empregadores – que em números absolutos se mantém relativamente estável na distribuição, tendo apresentado crescimento até 2008 e retrocedendo desde então. A categoria de capitalistas e fazendeiros também apresenta participação relativamente estável, em torno de 0,5% da amostra. Cabe à evolução dos demais grupos a explicação da expansão aqui verificada; em especial, o grupo de empregados especialistas – que, como explicado anteriormente, são analisados mais profundamente com o grupo de rendas médias. A ampliação do grupo de empregados especialistas da iniciativa privada é de 1,50% para 2,50% da amostra, e os empregados especialistas no funcionalismo público também se expandem de 1,25% para 2,08% da amostra no período.

**GRÁFICO 1**  
**Distribuição da “quase” PEA por faixas de renda**  
 (Em %)  
 1A – 2002



■ Rendas altas ■ Rendas médias ■ Rendas baixas ■ Subsistência + excedentes

1B – 2015



■ Rendas altas ■ Rendas médias ■ Rendas baixas ■ Subsistência + excedentes

Fonte: PNAD Anual. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html>. Acesso em: 28 ago. 2023.

Elaboração: Ipea.

Obs.: 1. Valores corrigidos para abril de 2021 pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do IBGE.

2. Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

Associada à pequena expansão do grupo de rendas altas, a ampliação do tamanho dos grupamentos superiores da classe trabalhadora parece confirmar a mobilidade social ascendente no período,<sup>17</sup> provavelmente fruto da ampliação do número de pessoas com formação superior no mercado de trabalho (Saramago, Freitas e Medeiros, 2018). A soma desses grupos de renda média varia de 21,2% para 23,59% da amostra no período, com destaque para a ampliação do grupo dos empregados qualificados, de 10,7% para 12,4% da amostra.

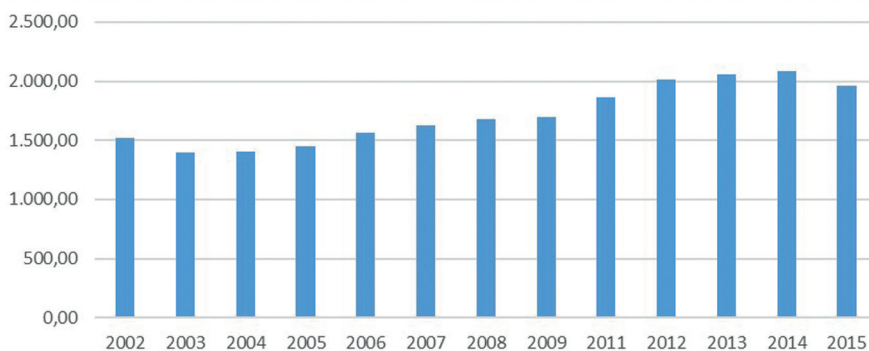
Finalmente, a variação do número de trabalhadores nas categorias ocupacionais do proletariado e do subproletariado, usando-se a nomenclatura marxista mais clássica adotada por Singer (1981), deixa também patente a mobilidade ascendente ocorrida no período. A participação dos trabalhadores excedentes e conta-própria precários reduz-se de 16,73% para 15,2% da PEA, tendo atingido um mínimo de 12,0% em 2012. Mais importante é observar que o conjunto desses grupos de rendas baixas se reduz de 52,40% para 49,93% da PEA, após atingir um máximo de 52,90% em 2012, e que essa redução se concentra nos grupos de pior remuneração. Empregados domésticos variam de 7,31% para 6,02% da amostra, enquanto trabalhadores elementares vão de 8,87% para 7,10%, sempre entre 2002 e 2015. Em contrapartida, os trabalhadores típicos (setor privado) expandem-se de 16,92% para 19,14% do conjunto, tendo atingido um máximo de 21,16%, em 2013.

Veremos em seguida a dinâmica das remunerações e como estas se combinam com essas alterações da composição das categorias socioeconômicas.

Deve-se ter em mente que a renda média mensal para todos os grupos apresentou no período variação ascendente, embora, como reflexo de uma recessão, tenha apresentado ligeira retração entre 2002 e 2003; a média mensal passa a crescer, ao atingir um ápice no período 2013-2014 e diminuir novamente desde então, seguindo os efeitos de nova recessão. Chamaremos essa renda média mensal geral de renda média Brasil para efeitos de comparação com as diferentes rendas dos grupos ocupacionais, sempre em bases mensais, salvo menção explícita em contrário.

---

17. Fenômeno em si amplamente registrado na literatura sobre o tema. Ver, entre outros, Neri (2011), Pochmann (2012), Jannuzzi (2018) e Quadros (2017).

**GRÁFICO 2****Valor médio real estimado do trabalho principal – Brasil (2002-2015)**  
(Em R\$)

Fonte: PNAD Anual. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html>. Acesso em: 28 ago. 2023.

Elaboração: Ipea.

Obs.: 1. Valores corrigidos para abril de 2021 pelo INPC/IBGE.

2. Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

A variação entre 2002 e 2015 apresenta um ganho médio de 28%, após atingir um pico de 37% de ganho real em 2014. Essa é a baliza com a qual compararemos a evolução das rendas das diferentes categorias ocupacionais nas seções seguintes. Como a evolução das rendas das categorias socioeconômicas de rendas inferiores tem impactos sobre a análise dos grupos de renda superior, escolhemos iniciar a análise pelos dados desse grupo.

#### **4 VARIAÇÃO DAS RENDAS DOS GRUPOS OCUPACIONAIS DE RENDAS INFERIORES (PROLETARIADO CLÁSSICO – NÃO DESTITUÍDOS; E SUBPROLETARIADO – DESTITUÍDOS DE ATIVOS)**

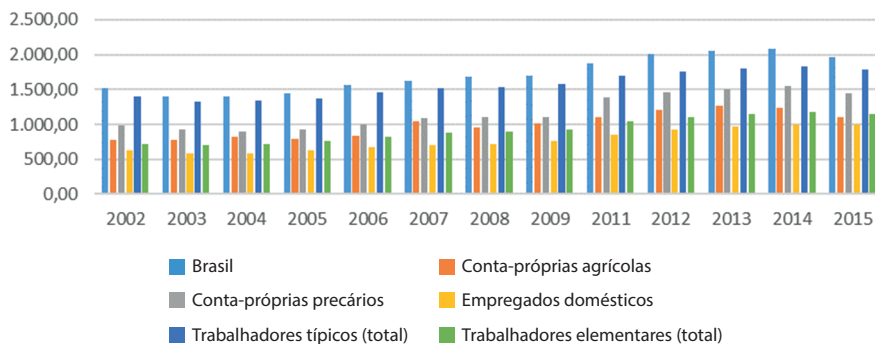
Analizamos nesta seção a evolução das rendas dos grupos socioeconômicos cujos rendimentos estão abaixo da renda média nacional – com exceção de algumas frações, como veremos a seguir. Aqui, concentra-se o grosso da mão de obra; contudo observou-se, no período estudado, redução relativa do total de trabalhadores abarcado nessas categorias, de 52,38% do total da amostra em 2002 para 49,93%, em 2015, após atingir um máximo de 52,90% em 2012.



## GRÁFICO 3

## Evolução da renda: grupos inferiores (2002-2015)

(Em R\$)



Fonte: PNAD Anual. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html>. Acesso em: 28 ago. 2023.

Elaboração: Ipea.

Obs.: 1. Valores corrigidos para abril de 2021 pelo INPC/IBGE.

2. Ilustração cujos layouts e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

Nesse bloco de análise, encontram-se os trabalhadores que tiveram os maiores ganhos no conjunto da população, como resultado da política de aumento do salário-mínimo e de transferências de renda iniciadas ainda no governo Fernando Henrique Cardoso, mas consolidadas nos governos petistas de Lula da Silva e Dilma Rousseff, como mostrado no gráfico 3.

#### 4.1 Empregados domésticos

O número total de empregados domésticos, em sua larga maioria mulheres, chegou a expandir-se em 18,30% entre 2002 e 2009 (de 6,2 para 7,3 milhões de trabalhadores), quando alcança o pico da série, mas depois disso ocorreu uma regressão do número total, e o período encerrou-se com um aumento de apenas 2,00% (6,3 milhões) do número total de trabalhadores nessa categoria socioeconômica, que regride proporcionalmente de 7,31% para 6,02% do total de nossa amostra.

Concomitante a isso, ocorre a ampliação das rendas dessa categoria socioeconômica, como reflexo da política de valorização do salário-mínimo. Dessa forma, ocorreram a ampliação de direitos (regularização do registro em carteira de trabalho) e a facilitação do registro de trabalho e do recolhimento das contribuições previdenciárias desses trabalhadores, a partir do portal e-Social criado pelo Decreto nº 8.373/2014.

Esse é o grupo socioeconômico de mais baixa renda no conjunto de nossa amostra, mas a evolução das rendas deste foi a segunda maior durante o período estudado, sendo superada apenas pelo aumento das rendas dos trabalhadores

elementares. O salário médio mensal desse grupo era de apenas R\$ 622,97 em 2002, e ainda se retraiu para cerca de R\$ 590,00 em 2003 e 2004, para então iniciar uma evolução ascendente ininterrupta até 2014, quando atinge o máximo de R\$ 1.004,93, recuando para R\$ 993,13 em 2015. De ponta a ponta, temos um aumento real de 59,42% das rendas desse grupo socioeconômico, o que permite ganhos acima da evolução média da renda Brasil. A evolução como proporção da renda média brasileira vai de 0,41 para 0,51 desta. Um ganho pequeno em termos monetários, mas muito significativo, tendo-se em vista o tamanho da população abarcada. A redução do número de trabalhadores, principalmente trabalhadoras, nessa categoria socioeconômica, com a ampliação de outros grupos de rendas inferiores, mas com rendimentos melhores, faz supor que parte dessa força de trabalho migrou para novas ocupações em busca de ganhos ainda maiores de renda e relações de trabalho que permitam imaginar uma carreira, uma vez que as atividades domésticas são o clássico caso de atividades vistas como inferiores e de *dead end* (emprego sem perspectiva de melhoria ao longo da vida do trabalhador).

#### 4.2 Conta-próprias agrícolas

O número de trabalhadores no grupo socioeconômico de trabalhadores por conta própria agrícolas também se mantém relativamente estável, oscilando em torno dos 4,2 milhões de trabalhadores, e perde participação na amostra, indo de 5,08% para 4,04% do total.

Por sua vez, a renda mensal desse grupo socioeconômico sofre o mesmo efeito de empuxo pela valorização do trabalho mais básico da sociedade nacional, representado pelo incremento do salário-mínimo, indo de R\$ 773,39 em 2002 para R\$ 1.108,15 em 2015, após atingir um pico de R\$ 1.264,09 em 2013 (+63,45%). O ganho desse grupo foi da ordem de 43,29%, e suas rendas passam de 0,51 para 0,57 da renda média nacional. Novamente, pequenos ganhos absolutos, mas com amplos efeitos por tratar-se de categoria ocupacional com um número grande de membros. Embora se trate de categoria com renda baixa, a manutenção do número de membros desse conjunto de pequenos proprietários rurais sem empregados e que possuem ativos de menor valor pode indicar que o entorno familiar de tais trabalhadores possa ter apresentado mobilidade ascendente.

#### 4.3 Conta-próprias precários

O terceiro grupo de rendas baixas que teve sua renda afetada pelas políticas de redistribuição e aumento do salário-mínimo é o dos conta-própria precários; outro grupo numeroso de trabalhadores, que avança de 7,6 para 9,3 milhões de indivíduos e se expande quase na taxa de crescimento da PEA no período (22,46% contra 24,14%), perdendo pouca participação no conjunto da PEA (de 9,01%

para 8,89%, após ter se reduzido para 8,31% no período 2011-2012). O ganho aferido por trabalhadores nessas atividades é percebido como inflação de serviços por parte das faixas de maior renda que são contratadoras de seus serviços; em especial, as diárias de trabalhadores domésticos avulsos (faxineiras, jardineiros e outros auxiliares de serviços domésticos).

Do ponto de vista da renda, temos outro conjunto de trabalhadores com ganhos reais da casa de 46,42% (de R\$ 990,84 para R\$ 1.450,82), o que representa, se compararmos com a renda Brasil, uma evolução de 0,65 para 0,74 do parâmetro. Novamente, há um ganho absoluto com efeitos consideráveis para um grupo grande de trabalhadores.

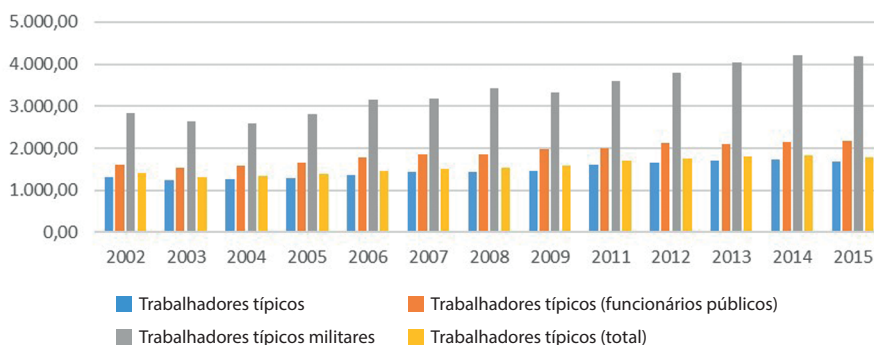
#### 4.4 Trabalhadores típicos

O maior grupo ocupacional da PEA, os trabalhadores típicos, categoria socioeconômica central da classe trabalhadora, expande-se de 17,8 para 24,2 milhões de pessoas no período (de 14,28 para 20,06 milhões no setor privado), após ter atingido 26 milhões de trabalhadores em 2014 (cerca de 21,7 milhões de trabalhadores no setor privado no período 2013-2014). Esse ganho de 35,66% – chega a 40,43% no setor privado – leva a que a participação dos trabalhadores típicos aumente de 21,14% para 23,01% de nossa amostra – após bater os 25,00% no período 2012-2013. A evolução é de 16,92% para 19,14% da amostra para os trabalhadores típicos do setor privado.

#### GRÁFICO 4

##### Evolução da renda: trabalhadores típicos (2002-2015)

(Em R\$)



Fonte: PNAD Anual. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html>. Acesso em: 28 ago. 2023.

Elaboração: Ipea.

Obs.: 1. Valores corrigidos para abril de 2021 pelo INPC/IBGE.

2. Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

Do ponto de vista da renda, contudo, a evolução segue de perto o crescimento da média nacional quando observamos o conjunto dos trabalhadores típicos, cuja renda oscila em torno de 0,92 da renda média nacional no período. Quando analisada separadamente (gráfico 4), contudo, vemos que a evolução das rendas dos setores público e privado é ligeiramente diferente. A renda dos trabalhadores típicos do setor privado oscila muito pouco ao longo do período e se mantém em média como proporção de 86% da renda Brasil, incorporando quase que todo o ganho ocorrido no período, enquanto a do setor público apresenta também forte estabilidade, em torno de 110% da renda Brasil. Foge desse padrão o comportamento das rendas dos trabalhadores típicos servidores públicos militares (bombeiros e policiais militares), cuja renda cresce acima do ganho médio nacional (+47,31%) e oscila como proporção da renda média Brasil de 1,87 para 2,13 vezes, sendo um dos grupos com maior ganho absoluto na amostra.

Como estamos trabalhando com médias, temos de lembrar que parte desses trabalhadores típicos apresenta rendimentos superiores à média nacional e passa a ver-se como membros de uma classe média ascendente, especialmente devido ao processo de mobilidade social apontando pela literatura já citada (Quadros, 2017; Jannuzzi, 2018; entre outros), uma vez que é comum encontrarmos, em um mesmo núcleo familiar, trabalhadores típicos e qualificados, e que alguns ascendam a posições de supervisão e, eventualmente, inclusive à baixa gerência.

Também devemos lembrar que as categorias socioeconômicas muitas vezes se entrelaçam no ambiente familiar – a exemplo dos casos de primeiros membros a obter a formação universitária –, para além de certa fluidez social típica de períodos de crescimento econômico.

#### **4.5 Trabalhadores elementares**

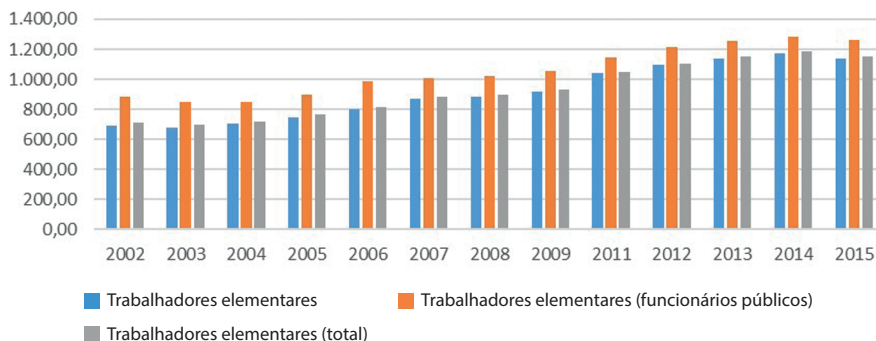
Finalmente, os trabalhadores elementares formam a última grande massa de trabalhadores nesse bloco de análise. Aqui, estão concentradas as funções laborais socialmente menos valorizadas, de serviços auxiliares na produção à grande massa de vigias noturnos e auxiliares de limpeza.

Em números absolutos, a exemplo dos empregados domésticos, o início da série apresenta expansão, que depois se retrai para, no final do período, os números serem muito parecidos, na casa de 8,3 milhões de trabalhadores, o que representa redução da participação destes de 9,84% para 7,89% do total de nossa quase PEA no período analisado, o que indica, dada a expansão de setores com rendas melhores, sua migração ascendente. O setor público absorve uma parte menor desses trabalhadores (cerca de 10%) e, embora os ganhos destes seja superior aos de seus congêneres do setor privado, seus ganhos reais no período são inferiores

aos registrados por aqueles. Os ganhos dos trabalhadores elementares do setor público chegaram a 42,79% no período, superando a evolução da renda média brasileira, mas os ganhos dos trabalhadores elementares do setor privado é o maior registrado para o conjunto das categorias aqui estudadas, chegando a 64,24%. Como tratamos aqui de uma das categorias com menor salário, a evolução registrada no setor público foi de 0,58 para 0,64 da renda Brasil; no setor privado, foi de 0,46 para 0,58 vez a renda média Brasil. É o grupo com o maior ganho absoluto se excetuarmos os servidores públicos militares (bombeiros e policiais), que tiveram uma política própria de valorização no período como subgrupo dos funcionários públicos.

### GRÁFICO 5

#### Evolução da renda: trabalhadores elementares (2002-2015) (Em R\$)



Fonte: PNAD Anual. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html>. Acesso em: 28 ago. 2023.

Elaboração: Ipea.

Obs.: 1. Valores corrigidos para abril de 2021 pelo INPC/IBGE.

2. Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

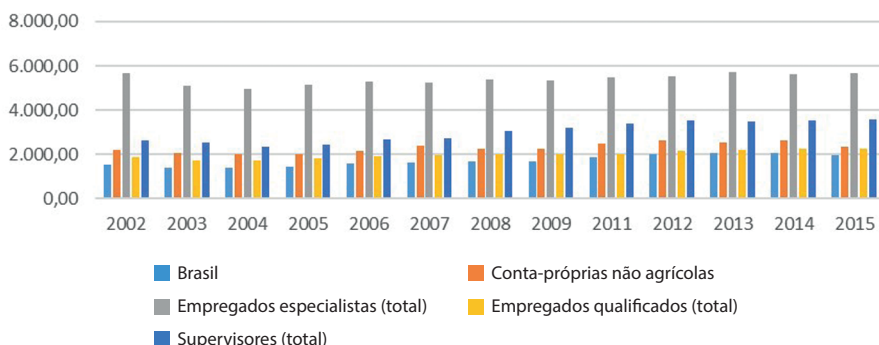
## 5 VARIAÇÃO DAS RENDAS DOS GRUPOS OCUPACIONAIS DE RENDA INTERMEDIÁRIA/MÉDIA E MÉDIA-ALTA

Neste segundo bloco (gráfico 6), agrupamos as categorias socioeconômicas que pertencem à classe trabalhadora *lato sensu*, mas que detêm rendimentos superiores aos dos trabalhadores típicos (*blue collar* e assemelhados no setor de serviços) e dos trabalhadores destituídos. Assim, aqui estão reunidos os trabalhadores por conta própria não agrícolas, empregados qualificados e, finalmente, os supervisores. Optamos por agrupar também os empregados especialistas (trabalhadores com formação superior e até mesmo com pós-graduação), mas que, embora sejam privilegiados em termos de posses, se encontram em funções subordinadas no processo

de trabalho. Algumas dessas categorias também são divididas entre o setor público e o setor privado, como veremos a seguir.

Já aqui, notamos o aparecimento de atividades típicas do “colarinho branco” de Mills, uma vez que parcela dos trabalhadores qualificados e especialistas exerce atividades típicas desses estratos sociais heterogêneos. Tais estratos ascendem de forma marcada nas economias centrais no pós-guerra e se desenvolvem também na periferia capitalista, ainda que em ritmo mais lento.

**GRÁFICO 6**  
**Evolução da renda: grupos intermediários (2002-2015)**  
 (Em R\$)



Fonte: PNAD Anual. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html>. Acesso em: 28 ago. 2023.

Elaboração: Ipea.

Obs.: 1. Valores corrigidos para abril de 2021 pelo INPC/IBGE.

2. Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

### 5.1 Conta-próprias não agrícolas

Os ganhos do grupo socioeconômico de trabalhadores por conta próprias não agrícolas, composto basicamente por empreendedores individuais sem empregados e portadores de ativos de menor valor, acompanharam, ainda que um pouco abaixo, os ganhos médios da economia brasileira até 2012, quando entram em estagnação e, depois, reverterem a tendência, encerrando o período com um ganho de apenas 6,27%, se observado em termos de comparação com a evolução da renda média Brasil. O que se percebe é um ligeiro declínio ao longo do período estudado, de 1,45 para 1,19 vezes a média. Por sua vez, o número desses trabalhadores expande-se em 39%, indo de 5,2 para 7,2 milhões de trabalhadores.

O crescimento desse grupo pode ter se dado não apenas a partir da entrada de trabalhadores oriundos de categorias com rendas mais baixas, que apresentaram

redução na participação na PEA, mas também de indivíduos que estavam em condições mais estáveis ou que haviam se aventurado como pequenos empregadores, mas fracassaram. Parte do crescimento também pode explicar-se pela criação da legislação de microempreendedor individual (MEI),<sup>18,19</sup> a versão da pessoa jurídica (PJ) para os menos aquinhoados.

O grupo é composto pelos empreendedores individuais sem empregados e portadores de ativos de menor valor: jornalheiros, chaveiros, costureiras e oficinas de reparos em geral, bem como trabalhadores avulsos de transporte como táxi, Uber – e aplicativos semelhantes –, *vans* escolares e caminhoneiros autônomos. Esse é um dos grupos socioeconômicos dos “patrões de si mesmos”, os “você S/A”, exaltados como “empreendedores”, mas que não alcançam a situação de tornarem-se capazes de explorar a mão de obras de terceiros e que se veem exprimidos em nichos de mercado altamente concorrenciais. Deparam-se, além disso, com o surgimento de aplicativos de transporte que ou os submetem à exploração de mais-valia produzida por si mesmos, ou os expõem a um novo padrão de concorrência, rompendo relações relativamente estáveis de mercado, como no caso de taxistas *versus* Uber – e outros.

Aqui, encontramos parte dos indivíduos submetidos aos novos padrões de *servidão digital* descrita por Antunes (2018), obrigados a cumprir jornadas de trabalho cada vez mais extensivas e destituídos da proteção social que eventualmente tiveram em outras atividades. Mais que isso, cobrados por buscar um “sucesso” mítico e culpabilizados pelo próprio fracasso, mesmo que este seja socialmente predeterminado pelas relações assimétricas de contratação. Mais um terreno fértil para o surgimento de indivíduos recalcados e propensos a entender suas dificuldades como sendo criadas pelo Estado. A situação de conta-própria revestida do discurso do empreendedorismo faz com que indivíduos que são proletários de si mesmos se enxerguem como empresários de suas próprias forças, na acepção irônica de Antunes (2018), e se juntem ao pacto antidistributivista, ainda que contra seus próprios interesses, em inversão ideológica na qual se misturam em muitos casos a religião, o bombardeio midiático e a construção da subjetividade neoliberal, em que cada indivíduo passa a se ver como uma partícula do capital social em reprodução ampliada. Não apenas os pequenos empreendedores, mas também muitos trabalhadores passam a ter *toda a subjetividade*, e não somente o “homem no trabalho”, convocada para uma gestão de todos e cada um como empresa de si mesmos, como demonstram Dardot e Laval (2016, p. 333 e seguintes).

18. Lei Complementar (LC) nº 128, de 19 de dezembro de 2008.

19. Segundo estudo do Sebrae (2022), em 2013 e 2015, cerca de 41% e depois 45% das novas empresas abertas como MEI eram de trabalhadores com carteira assinada que haviam abandonado o emprego ou estavam formalizando atividades desempenhadas além do horário de trabalho, e apenas 31% (2013) e depois 22% (2015) eram empreendedores informais que haviam optado pela formalização por meio deste regime. Empregados sem carteira eram 16% do total de novos MEIs nesses anos, e donos(as) de casa, estudantes, desempregados e funcionários públicos compunham a pequena parcela restante de tais trabalhadores. Cerca de 23% dos MEI detinham ainda outra fonte de renda.

## 5.2 Empregados especialistas

O grupo de empregados especialistas, cujos dados são apresentados no gráfico 7, é formado pelos trabalhadores em atividades relacionadas às ocupações de “classes médias”, com escolaridade superior, caracterizados por profissões credenciadas; por exemplo, médicos e dentistas que não exerçam a profissão em consultórios particulares, também grupos semiprofissionais e professores do ensino médio e superior, bem como fiscais de tributação e arrecadação, peritos judiciais e outros oficiais de justiça. A renda desse grupo socioeconômico é alta, e o grupo é considerado privilegiado por conta do nível de formação.

**GRÁFICO 7**  
**Evolução da renda: empregados especialistas (2002-2015)**  
 (Em R\$)



Fonte: PNAD Anual. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html>. Acesso em: 28 ago. 2023.

Elaboração: Ipea.

Obs.: 1. Valores corrigidos para abril de 2021 pelo INPC/IBGE.

2. Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

Se tomada pela média geral, o grupo de empregados especialistas não teve nenhum ganho de renda no período. Contudo, a evolução do rendimento dos empregados especialistas é diferente se tomamos o setor público separado do setor privado. Enquanto no setor público ocorre aumento de 10% das rendas, no privado acontece redução de 8%. Devemos, entretanto, levar em consideração que esta foi uma das categorias ocupacionais que mais cresceu ao longo do período analisado, mais que dobrando de tamanho tanto no setor público (+107%) quanto no setor privado (+111%), também indicando mobilidade social de algum tipo, tendo-se em conta o avanço de 2,73% para 4,59% da quase PEA captada pela pesquisa.



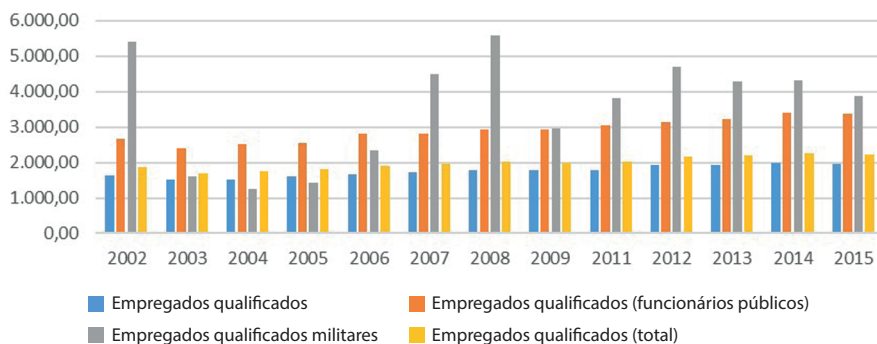
Ademais, embora sejam empregados sujeitos à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ou aos regimes próprios do setor público, e, por isso, os colocarmos com a classe trabalhadora, esse grupo tem rendimentos que os assemelha à classe média e à pequena burguesia tradicional, e suas perdas relativas foram proporcionais às observadas nos grupos de rendas superiores quando comparados à renda média Brasil. Os empregados especialistas do setor privado iniciam o período com renda equivalente a 3,75 vezes a renda média nacional e veem sua renda diminuir no que concerne à média até atingir um mínimo de 2,48 em 2014, para uma ligeira recuperação em 2015, quando voltam a 2,67. A perda relativa é quase tão acentuada quanto a do grupo de especialistas autoempregados e inferior apenas ao grupo de capitalistas e fazendeiros, chegando ao equivalente a 1,08 da renda média nacional (o equivalente à renda de dois empregados domésticos e maior que a de um trabalhador típico). Os empregados especialistas do setor público tiveram perdas menores, mas igualmente significativas, indo de 3,73 para 3,18 (-0,55) em proporção à renda média.

Seria necessário um exercício de separação da renda dos indivíduos que entraram no grupo daqueles que já se encontravam no grupo socioeconômico, para se ter maior clareza sobre o processo, o que não é viável com os dados disponíveis. É possível que a média tenha se mantido por conta dos ingressantes o fazerem com salários mais baixos do que os daqueles que já eram parte do grupo, ou que a expansão da base de especialistas simplesmente tenha acirrado a concorrência por tais empregos melhor remunerados e permitido aos empregadores conter a expansão de sua remuneração. De qualquer forma, é um grupo socioeconômico que aparentemente “corre para não sair do lugar” em termos de sua renda absoluta, apresentando mesmo uma pequena queda no setor privado, ao mesmo tempo que seus custos de reprodução social crescem. O típico grupo socioeconômico para o qual a manutenção de um empregado doméstico, símbolo típico de *status* para essa classe média, se tornou mais difícil e que se sentiu perdendo *status* social relativo diante de um processo de aproximação dos trabalhadores de rendas mais baixas.

### 5.3 Empregados qualificados

O grupo ocupacional *empregados qualificados*, cujos dados são apresentados no gráfico 8, é composto por trabalhadores com qualificações diferenciadas com relação aos trabalhadores típicos, mas sem que se caracterize a exclusividade da formação dos especialistas. Trata-se de mais um grupo socioeconômico cuja participação se expande no total da amostra, puxado pelo setor privado, mas com participação importante também no setor público.

## GRÁFICO 8

Evolução da renda: empregados qualificados (2002-2015)  
(Em R\$)

Fonte: PNAD Anual. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html>. Acesso em: 28 ago. 2023.

Elaboração: Ipea.

Obs.: 1. Valores corrigidos para abril de 2021 pelo INPC/IBGE.

2. Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

Os dados dos empregados qualificados servidores públicos militares, contudo, apresentam certa volatilidade tanto em números absolutos de participantes – que podem indicar alguma mudança na forma do preenchimento dos questionários/metodologia –, quanto nos valores médios dos salários apresentados. Como se trata de categoria diminuta, todavia tal inconsistência não tem maiores impactos na análise aqui empreendida e não foi feita em detalhes.

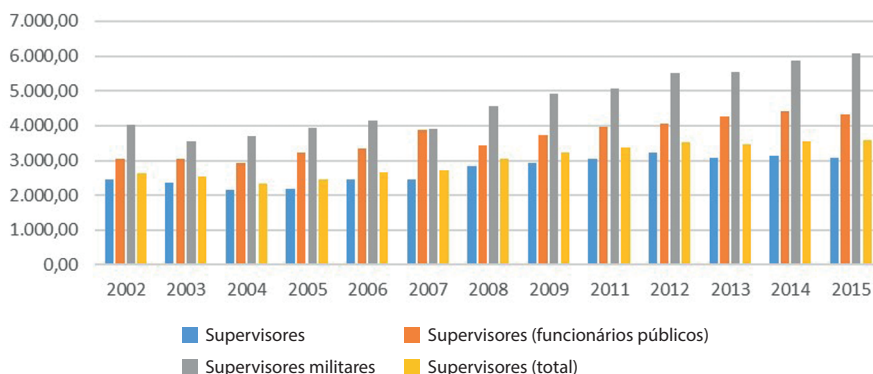
Os empregados qualificados representavam 13,51% do total da amostra em 2002, e essa participação atinge 17,01% desta em 2011, e depois declina para 15,54% em 2015. Como veremos também aqui, observamos espaço para a mobilidade social ascendente de trabalhadores no período.

Do ponto de vista da renda, os empregados qualificados tiveram ganhos um pouco inferiores à evolução da renda média Brasil. Enquanto, em média, como vimos, a renda se expandiu em 28,95%, os empregados qualificados do setor privado acumularam ganhos de 18,50% e os do setor público, de 25,93%; assim, a evolução em múltiplos da renda média Brasil apresentou pequena redução. Contudo, a realidade é bastante díspar entre o setor privado e o setor público. As rendas dos empregados qualificados do setor privado oscilam em torno da média Brasil, tendo variado de 1,08 desta para 0,99 no período (mínimo de 0,94 em 2013), enquanto no setor público a série se inicia com 1,76 e se encerra em 1,72 (mínimo de 1,56 em 2012).

### 5.4 Supervisores

Finalmente, o grupo ocupacional de supervisores (trabalhadores com posição de chefia inferior na indústria, no comércio e nos serviços), cuja evolução da renda é apresentada no gráfico 9, é o único entre os grupos de rendas médias que apresenta redução no número total de membros, provavelmente por conta da eliminação de níveis hierárquicos empreendida em parte do setor privado no período (redução de 1,47% para 1,10% do total da amostra).<sup>20</sup> A exceção é o subgrupo de supervisores militares, que apresenta expansão de 85% no período – como se trata de um grupo pequeno, os impactos também não são significativos diante de redução de 11% no setor privado e 23% do total de servidores do serviço público.

**GRÁFICO 9**  
**Evolução da renda: supervisores (2002-2015)**  
 (Em R\$)



Fonte: PNAD Anual. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html>. Acesso em: 28 ago. 2023.

Elaboração: Ipea.

Obs.: 1. Valores corrigidos para abril de 2021 pelo INPC/IBGE.

2. Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

Do ponto de vista da renda, esse grupo socioeconômico apresenta resultados mistos. Enquanto os supervisores do setor privado apresentam expansão de renda pouca coisa inferior à expansão média da amostra (25,17%), seus congêneres do setor público têm ganhos com relação à média (42,25%), e os supervisores militares são o subgrupo militar que apresenta maiores ganhos no período (51,38%), inferior apenas aos ganhos das categorias de trabalhadores elementares e empregados domésticos. Essa variação se reflete na evolução da renda como proporção da média da seguinte forma: supervisores da iniciativa privada, de 1,62 para 1,57

20. Para uma análise da dinâmica do emprego industrial, ver o capítulo 8, de autoria de Luís Carlos Garcia de Magalhães, nesta publicação.

(perda de 0,05); supervisores no setor público, de 2,00 para 2,21 (ganho de 0,21); e supervisores militares, de 2,64 para 3,10 (ganho de 0,46).

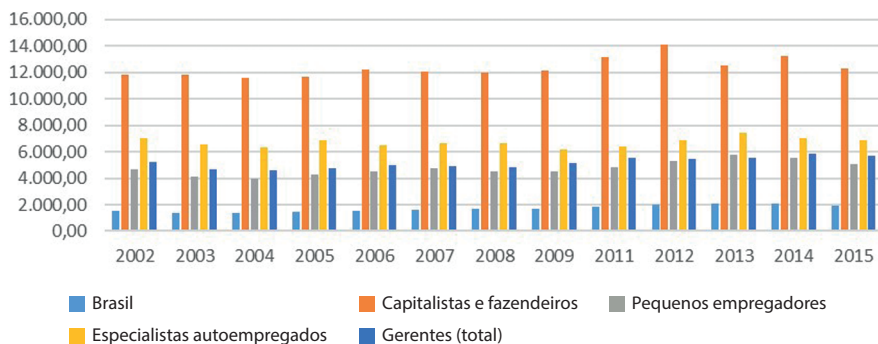
Os grupos socioeconômicos de rendas médias apresentam, portanto, comportamentos distintos. De forma geral, a participação destes se expande no conjunto da PEA, em que pese a redução das funções de supervisão. Por sua vez, ao mesmo tempo que serve como espaço de mobilidade social ascendente para a população que vem de grupos socioeconômicos com rendas inferiores, a expansão das rendas dá-se, na maioria destes grupos ocupacionais, abaixo da taxa de expansão da renda Brasil, ainda que apenas os empregados especialistas apresentem retração pronunciada, a exemplo da ocorrida nos grupos ocupacionais com rendas médias maiores. Retomaremos a discussão ao final deste capítulo.

## 6 VARIAÇÃO DAS RENDAS DOS GRUPOS OCUPACIONAIS DE RENDAS SUPERIORES (BURGUESIA E PEQUENA BURGUESIA)

GRÁFICO 10

Evolução da renda: grupos superiores (2002-2015)

(Em R\$)



Fonte: PNAD Anual. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html>. Acesso em: 28 ago. 2023.

Elaboração: Ipea.

Obs.: 1. Valores corrigidos para abril de 2021 pelo INPC/IBGE.

2. Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

### 6.1 Capitalistas e fazendeiros

Tomemos inicialmente o pequeno grupo de capitalistas e fazendeiros (cerca de 0,5% da amostra). A renda média desse grupo era de R\$ 11.798,04 em 2002. Essa média se mantém praticamente estável nos três anos seguintes e passa a subir lentamente desde então, atingindo um máximo de ganho de quase 20,00% em

2012 (R\$ 14.118,23), para encerrar o período analisado em queda com um ganho de apenas 4,19% com relação ao valor inicial (R\$ 12.292,77).

Tais números contrastam com estudos de distribuição da renda que atribuem valores muito mais elevados aos grupos mais ricos no Brasil. Essa remuneração corresponde a um terço, por exemplo, dos números que encontramos em estudos sobre desigualdade de renda, como o da Oxfam Brasil (2017, p. 22), segundo o qual “o 1% mais rico do país recebe mais de R\$ 40.000,00 por mês”.

Ou, se tomarmos a tese de Souza, que corrige os dados da PNAD com os dados do IRPF, na qual encontramos que

no que diz respeito à renda média, em 2013, o 0,1% mais rico recebia pouco mais de R\$ 2,8 milhões anuais, o que equivale a uma renda média mensal de R\$ 235 mil. Esses valores são quase 4,5 vezes maiores do que os observados para os 1% mais ricos como um todo, que, no entanto, também teve rendimentos muito elevados: R\$ 636 mil por ano ou R\$ 53 mil mensais. Quando se olha para os 5% e 10% mais ricos (...) os valores médios se tornam mais próximos da experiência cotidiana do que muitas vezes se chama de “classes média assalariada”: as médias de R\$ 230 mil anuais (R\$ 19 mil mensais) para os 5% e R\$ 140 mil anuais (R\$ 12 mil mensais) para os 10% mais ricos são compatíveis com os salários de grandes contingentes do funcionalismo público federal (Souza, 2018, p. 242-243).

Os dados da renda corrigida pelo IRPF deixam claras as distorções apresentadas pela PNAD no grupo de rendas superiores. Em especial, no grupo de capitalistas e fazendeiros (0,5% da população aqui analisada), em que se esperaria encontrar a concentração de renda mais ou menos equivalente à faixa superior e que, contudo, declara rendas na faixa de R\$ 13 mil ou R\$ 14 mil mensais, pouco acima do corte dos 10,0% mais ricos apontados por Souza (2018).<sup>21</sup>

Devemos, assim, analisar as rendas desse grupo “com um grão de sal”. Se comparado com o crescimento da renda média aqui estudada, esse grupo efetivamente perde participação relativa na renda – o que corrobora a tese de Hoffmann (2017). O valor inicial da renda média desse setor era de 7,77 vezes a renda média da amostra. Esse valor se expande para 8,47, em 2003, e inicia trajetória cadente quase ininterrupta até 2015, quando a renda média desse grupo equivalia a 6,28 vezes a renda média global da sociedade. Esse cálculo poderia ser feito em termos de salários-mínimos com um resultado parecido. O que importa apontar aqui é a perda relativa; a sensação por parte desses indivíduos de que “correram para não sair do lugar”. Nesse sentido, a estagnação do crescimento a partir de 2012 atinge em

---

21. Partindo apenas dos dados da PNAD, Hoffmann (2017, p. 184) conclui que “no Brasil, no período 1995-2013, ocorreu uma redução do grau de bipolarização da distribuição da RDPC, acompanhando a tendência de redução da desigualdade”, e assim nossos dados tendem a mostrar uma diminuição das rendas dos mais ricos em compensação à melhoria dos mais pobres. Contudo, os dados de Souza (2018) sugerem que a conclusão de Hoffmann deve voltar à condição de hipótese e ser novamente testada com uma série ajustada pelo IRPF.

cheio seus rendimentos declarados – a redução da renda entre 2012 e 2015 foi de 13% – e apontaria esse grupo como um dos grandes atingidos pela crise de 2014. Provavelmente, essa é a realidade de médios e pequenos fazendeiros e industriais sem acesso a recursos do fundo público e sem reservas financeiras que permitam outros tipos de rendimentos compensatórios, mas essa realidade está longe de ser a do setor financeiro, que apresentou lucros de grande monta (Lucro..., 2014).

Constata-se, assim, que é difícil analisar o real comportamento das rendas dos grupos mais ricos com base exclusivamente em nossa amostra. Para além disso, o núcleo burguês dos diferentes setores econômicos reflete a heterogeneidade do conjunto da economia brasileira também em termos regionais. Portanto, a hipótese de Magalhães (2015, p. 29), que, analisando o comportamento dos empresários industriais, aponta que “o resultado é que as políticas de defesa de renda, emprego e redução da desigualdade crescentemente enfrentam a oposição dos capitalistas industriais, que, para combater essas políticas, formam um pacto antidistributivista com outras forças sociais” tende a ser correta, pelo menos para parte de nosso universo de pesquisa.

## 6.2 Pequenos empregadores

O segundo grupo socioeconômico de rendas superiores são os pequenos empregadores, fundamentalmente pequenos comerciantes e donos de oficinas de serviços. Esse setor, alcunhado por Mills (1956) de *lumpen-burguesia*, é composto de detentores de capital que geralmente trabalham lado a lado com seus empregados e realizam tarefas parecidas com as destes, mas que se beneficiam, quando conseguem, da apropriação de trabalho excedente.

Esse grupo apresentou uma variação ainda mais ampla em seus rendimentos, iniciando o período com renda média de R\$ 4.676,58, perdendo cerca de 15% do poder de compra nos primeiros dois anos, retomando paulatinamente nos quatro anos seguintes, voltando a crescer no período 2009-2013, quando atinge o pico de R\$ 5.774,13 (pico de ganho de 23,47%), e recuando novamente nos anos finais da amostra para R\$ 5.093,78 (ganho de apenas 8,92%, se observarmos o período de ponta a ponta). As variações nominais da renda escondem, portanto, uma perda constante de participação da renda desses indivíduos, que começam o período com uma renda de 3,08 vezes a renda média nacional e a veem ser comprimida para 2,6 vezes dessa mesma renda média. Para efeito de comparação, o valor relativo perdido equivale ao rendimento médio de um trabalhador doméstico em 2015, como vimos anteriormente. Em termos de números absolutos, esse grupo mantém um número relativamente estável de membros, na casa de 2,8 milhões de pessoas, o que faz com que, em termos relativos, sua participação na PEA diminua de 3,3% para 2,6% no período estudado.

Assim, nos parece claro que o aumento do salário-mínimo contribuiu para a redução da margem de lucros dos pequenos empregadores de forma ainda mais potente do que a verificada pelo setor industrial, o que os leva a receber todo o peso do *profit squeeze* apontado por Magalhães (2015). Essa camada média, portadora também da ideologia do “orgulho empreendedor”, se vê permanentemente sob pressão e se torna potencialmente não apenas caixa de ressonância do pacto anti-distributivista apontado pelo autor, mas também tende a mobilizar-se ativamente para o combate a tais políticas.

### 6.3 Especialistas autoempregados

O terceiro grupo socioeconômico de rendas superiores é formado pelos *especialistas autoempregados*, no qual se encontram não apenas advogados, médicos e demais profissionais liberais, mas também a massa crescente de trabalhadores especialistas que perderam vínculos formais no mercado de trabalho – inclusive médicos – e optaram ou foram empurrados para a chamada “pejotização”, a transformação dos indivíduos em *peessoas jurídicas*. De fato, alguns são “patrões de si mesmos”, enquanto a maioria não passa de assalariados precários sem direitos, constituindo uma massa do que Antunes (2018) denomina de *escravo digital*. Esse grupo evolui de cerca de 800 mil indivíduos para 1,25 milhão no período, com crescimento de cerca de 64%.

Se, por um lado, o grupo se expande, por outro, a renda média observada toma o sentido oposto em sua evolução. A renda média do grupo, que, em 2002, era de R\$ 7.041,96, contrai-se e apresenta variação em torno de uma média de R\$ 6.500,00, entre 2003 e 2012, para atingir um pico de R\$ 7.408,24, em 2013, e voltar a decair, fechando o período em R\$ 6.864,64. Essa dificuldade de apropriar-se de parcela do crescimento da renda e uma retração no final do período se torna dramática quando analisamos a trajetória com relação à média de renda nacional. Em 2002, esta era de 4,64 vezes a renda média, e varia em torno disso nos três anos seguintes, para então tomar um rumo descendente, ao atingir em 2015 proporção de 3,5 vezes a renda nacional. Para voltar à nossa comparação, a perda foi pouco mais de duas vezes a renda média de um empregado doméstico no final do período. Como ocorreu um forte afluxo de indivíduos para essa categoria, é possível que parte dessa variação tenha se dado pela entrada de indivíduos com rendas menores, que teriam trazido a média para baixo, mas a constatação geral é de precarização de vínculos de trabalho de parcela dos empregados especialistas obrigados a migrar para essa nova situação, sem que realmente tenham optado pela condição de empreendedores.

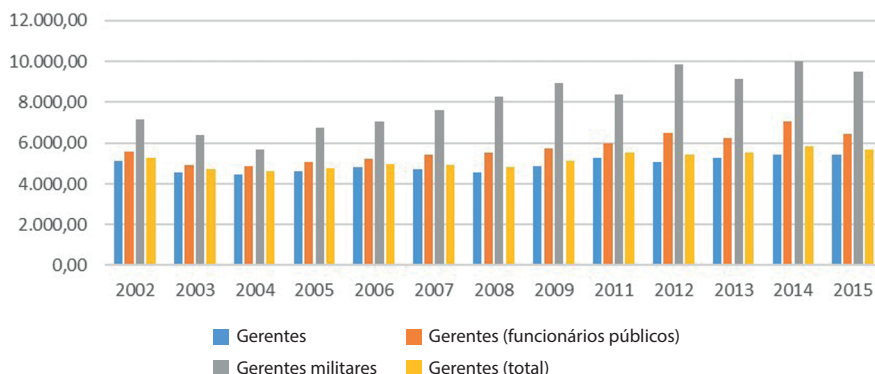
Temos, assim, mais um grupo que compõe as classes médias que assiste à distância entre os mais pobres e esse grupo diminuir enquanto aumenta a concorrência, com a entrada de novos especialistas no mercado de trabalho

por conta da expansão do sistema de ensino superior. Não apenas isso, é um grupo social bombardeado constantemente pela lógica da sociabilidade neoliberal, na qual grassam *coachs* e métodos milagrosos para a gestão de si mesmo, como parte da “modernidade do mercado” rumo ao “sucesso”. A promessa vazia do neoliberalismo, como apontada por Dardot e Laval (2016), tende a fomentar mais um grupo em que o ressentimento se espalha ao passo que a crise econômica comprime suas rendas.

#### 6.4 Gerentes

Finalmente, o grupo de gerentes, que no agregado teve um ganho relativo de apenas 8% de suas rendas, deve ser analisado de forma desagregada entre o setor privado e o setor público. Além disso, destacam-se também os rendimentos dos gerentes servidores públicos militares (policiais e bombeiros), como vemos no gráfico 11.

**GRÁFICO 11**  
**Evolução da renda: gerentes (2002-2015)**  
(Em R\$)



Fonte: PNAD Anual. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html>. Acesso em: 28 ago. 2023.

Elaboração: Ipea.

Obs.: 1. Valores corrigidos para abril de 2021 pelo INPC/IBGE.

2. Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

Em termos numéricos, a evolução do grupo de gerentes acompanha,  *grosso modo*, o crescimento da PEA, apresentando uma ligeira elevação na participação de 2,25% para 2,35% do total da amostra. O grupo expande-se de 1,9 milhão para 2,45 milhões de indivíduos, com pequenas mudanças na composição. No início do período, os servidores públicos representam 25,0% da categoria ocupacional e, apesar de um ligeiro aumento do número de funcionários públicos dessa categoria ao longo do período, ao final, eles representam apenas 20,0%



do total de gerentes, enquanto os da iniciativa privada avançam de 72,8% para 77,3% do total do grupo socioeconômico.

A renda do conjunto do grupo de gerentes evolui em apenas 8,3% entre as pontas da amostra, e os ganhos dos gerentes na iniciativa privada são ainda menores, permanecendo em 5,7% entre 2002 e 2015.<sup>22</sup> Os gerentes no funcionalismo público têm suas rendas um pouco mais preservadas, apresentando ganhos de 15,6%, após um pico em 2014. E devemos destacar a pequena minoria dos gerentes militares, que, a exemplo do conjunto da categoria, apresentam ganhos superiores aos de seus congêneres do setor privado e aos demais servidores públicos, terminando o período com aumento de 32,6% – quase cinco pontos acima do ganho médio para o conjunto dos rendimentos da amostra total – e rendas médias 75,0% superiores a seus congêneres da iniciativa privada e quase 50,0% superiores à média dos demais funcionários públicos. Se compararmos à evolução da renda média, os gerentes militares na prática mantêm sua proporção de ganhos, iniciando o período ganhando certa de 4,71 e encerrando com 4,84 vezes a renda média brasileira. Os gerentes funcionários públicos apresentam perda de 0,38 (de 3,66 para 3,28 das rendas do Brasil), e os gerentes da iniciativa privada perdem o equivalente a 61% da renda média nacional – o correspondente ao ganho de um trabalhador elementar em 2015 –, pois apresentam variação de 3,37 para 2,76 múltiplos da renda média nacional.

Temos, portanto, mais uma categoria que se apropria de parcela reduzida do crescimento econômico do período na forma de suas rendas. Sua função social de gestora do capital com capacidade de mando sobre a força de trabalho carrega uma contradição econômica que pode se manifestar por meio de outras expressões sociais e políticas.

Vimos assim que todos os grupos de rendas superiores apresentam perdas relativas no que concerne à renda total da sociedade brasileira, com a exceção do diminuto subgrupo de gerentes militares. Embora tenhamos até aqui apontado alguns elementos que emergem da descrição dos dados, faz-se necessário um balanço do processo como um todo à guisa de conclusão.

## 7 CONCLUSÕES

O período 2002-2015 foi marcado, após uma recessão inicial, pelo crescimento econômico propiciado em parte pelo *boom* de *commodities*, mas fortemente calcado em uma gestão anticíclica bem-sucedida, que possibilitou ao Brasil passar ao largo da crise econômica de 2008, disparada pelo colapso financeiro do *subprime* norte-americano,

---

22. Como complemento, devemos lembrar que parte da gerência superior das grandes corporações tem seus rendimentos subdimensionados.

como fartamente apontado pela literatura.<sup>23</sup> Parte do crescimento brasileiro é atribuído também ao crescimento com distribuição de renda que teria se dado em uma relação de “ganha-ganha”, na qual todos os setores da sociedade teriam sido beneficiados por um processo virtuoso que se encerra em 2013 – conferir, por exemplo, Singer (2018). Contudo, como vimos, a transferência de renda ocorrida no período configurou claramente um processo de *profit squeeze* sobre a renda de pequenos e médios empresários (Magalhães, 2015), que acabou por levar à situação descrita também por Singer (2015), na qual se “cutucaram onças com varas curtas”. Mantendo esse pano de fundo, devemos então observar os dados apurados.

Fica claro, ao observarmos os dados aqui analisados, que, no período que vai de 2002 a 2015, e que corresponde, *grosso modo*, aos governos Lula e Dilma, em que pese a retração iniciada em 2015 como reflexo da crise econômica, esse período foi marcado por forte expansão das rendas do trabalho, que foi apropriada de forma desigual pelos diferentes grupos socioeconômicos. Os dados da PNAD não captam de forma apropriada os rendimentos das parcelas mais ricas da população, mas outros estudos indicam que ocorreu muito pouca perda de renda do 1% mais rico (Oxfam Brasil, 2017; Saramago, Freitas e Medeiros, 2018; Souza, 2018).

O primeiro mandato de Dilma é marcado, além disso, pelo debate sobre a caracterização do estrato social ascendente formado por trabalhadores que aos poucos mudavam seus hábitos de consumo, como reflexo das políticas que visavam à eliminação da miséria, e adentravam uma franja de consumo que se aproximava à da classe média. De um lado, tivemos a interpretação de Marcelo Neri (2011), que, a partir de uma visão bastante economicista, entendia esse grupo como uma nova classe média entrando no limite inferior da chamada classe C. Essa interpretação recebeu crítica contundente de outro ex-presidente do Ipea (Pochmann, 2012), que preferiu denominar os segmentos que adentraram ao mercado de consumo, como resultado das políticas de combate à miséria e apreciação do salário-mínimo, como nova classe trabalhadora. Contudo, por conta da forma como o debate foi veiculado na mídia, certa confusão ideológica foi sendo gestada.

Neste estudo, vemos claramente que o ganho de renda do período se distribuiu de forma desigual entre os grupos ocupacionais e que, embora apenas os grupos de empregados especialistas e especialistas autoempregados apresentem variação negativa de rendas no período, os ganhos aferidos pelos estratos de renda superiores – em nossa tipologia, os grupos ocupacionais associados à pequena burguesia ou à classe média – foram bastante inferiores à expansão da média nacional, enquanto os grupos ocupacionais de rendas inferiores apresentou, em geral, ganhos superiores a esta. A distribuição de renda ocorrida em favor dos 25% mais pobres claramente dá-se a partir dos 10% ou 15% da população de rendas superiores – que compõem

---

23. Ver bons resumos do debate em Acioly e Leão (2011) e Magalhães (2015).

a classe média tradicional e que não podemos, contudo, entender realmente como ricos –, excetuado o 1% mais rico de fato, cujas rendas principais não têm origem no trabalho e que não são corretamente captadas pela nossa base de dados.

Por sua vez, o aumento dos salários de empregadas domésticas e diaristas de todos os tipos representa uma pressão sobre as rendas dos grupos de rendas mais altas, que são seus principais empregadores. Os dados indicam, também, que ocorreu mobilidade do grupo de rendas baixas para o grupo de rendas médias e que, no grupo de rendas baixas, ocorreu mobilidade de categorias ocupacionais pior remuneradas para outras de melhor remuneração, embora não tenhamos marcadores específicos na pesquisa para mapear tais mudanças de forma precisa.

Além disso, como apontou o economista Waldir Quadros, em entrevista em 2019, o processo de inserção de parcela da classe trabalhadora em um sistema de ensino superior com baixa capacidade formativa, por intermédio do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), criou a ilusão de que seria possível parcela desses trabalhadores galgar mais um patamar de ascensão social, que não se concretizou, reforçando o sentimento de frustração de grande parte dessa classe trabalhadora “turbinada”, que passa a se ver como a nova classe média.<sup>24</sup>

A variação dos ganhos de trabalhadores típicos e elementares tem óbvios impactos de custo para seus empregadores, contribuindo assim para o processo de *profit squeeze* apontado por Magalhães, e

portanto, as políticas econômicas e sociais dos governos do PT, de defesa da renda, emprego e de combate da desigualdade, passam a ser contestadas crescentemente por bloco social formado por grande parcela do empresariado industrial e praticamente pela totalidade do mercado financeiro, que formam o núcleo duro do pacto antidistributivista. A adesão da classe média tradicional a esse bloco permite, potencialmente, a mobilização política de um contingente da população não desprezível em termos quantitativos (Magalhães, 2015, p. 31).

Pudemos observar nos dados aqui analisados fortes indícios de por que os setores das classes médias tenderam a se tornar ponta de lança do processo político e propensos a respaldar a radicalização, que resultaria na eleição de um governo de extrema-direita em 2018. Em particular, esses setores foram constituídos por

---

24. A classificação por faixas de renda utilizada por Quadros em seus estudos difere da nossa, mas corresponde, grosso modo, à faixa de transição entre os trabalhadores típicos e os estratos dos trabalhadores especialistas em nossa amostra: “este é o cenário, mas há alguns agravantes: quando olhamos os *pobres ocupados* – classificados nas três categorias que mencionei –, observamos que existe uma grande parcela de trabalhadores com nível superior. Então, é assustadora a bomba-relógio que temos pela frente. Considerando os dados do quarto trimestre de 2018 da *PNAD Contínua*, é possível observar que dos 5,8 milhões de *ocupados* com ensino superior incompleto, 4,6 milhões são *‘pobres’*. Mais grave ainda: 8,3 milhões de *ocupados* que estão classificados na categoria *‘pobres’* têm *ensino superior completo*. Se juntarmos aqueles que têm ensino superior incompleto e aqueles que têm ensino superior completo, temos 12,9 milhões de trabalhadores *‘pobres’* com nível superior. Isso significa confusão; esse pessoal não vai aceitar essa condição tranquilamente, porque eles foram fazer faculdade, boa parte pagando a mensalidade com o *Fies*, esperando uma *melhora de vida*, e agora não tem melhora” (Waldir Quadros em entrevista a Fachin, 2019).

pequenos empregadores e empreendedores individuais, sejam especialistas autoempregados, sejam contas próprias não agrícolas, submetidos, de um lado, ao acicate do setor financeiro e, do outro, às políticas de combate à desigualdade, e submetidos à doutrinação neoliberal nos termos de Dardot e Laval (2016).

As indicações empíricas deste capítulo corroboram, portanto, a hipótese apresentada por André Singer (2015), segundo o qual a política econômica dos governos petistas “cutucou a onça com vara curta”. A estratégia do “ganha-ganha” deu-se muito claramente em desfavor das classes médias tradicionais, em especial no momento em que a crise econômica se instala a partir de 2013 e reduz a lucratividade dos pequenos negócios, além de corroer os ganhos das categorias assalariadas cuja renda não estava vinculada ao salário-mínimo, dando combustível para que a crise econômica se transformasse em crise política.

Contudo, pudemos detectar que o movimento de “placas tectônicas” produzido pelo reformismo fraco, que levou à insatisfação de parcelas crescentes da sociedade, não se restringiu aos setores típicos de classes médias. Tal reformismo atingiu partes de outras categorias socioeconômicas e até mesmo de parcelas de recém-entrados nos grupos de rendas médias e superiores, tanto nos grupos de trabalhadores qualificados quanto nos de empregados especialistas e, em particular, entre os trabalhadores por conta própria urbanos e especialistas autoempregados.

O fenômeno político, como esboçamos em diversas análises empreendidas ao longo deste capítulo, vai muito além do substrato econômico aqui retratado. Contudo, a análise dos dados aponta pistas para a elaboração de novas políticas econômicas que possibilitem melhor distribuição do crescimento econômico em futuros governos, em especial com redução da pressão financeira dos grupos socioeconômicos que compõem as classes médias.

## REFERÊNCIAS

ACIOLY, L.; LEÃO, R. P. F. (Org.). **Crise financeira global**: mudanças estruturais e impactos sobre os emergentes e o Brasil. Brasília: Ipea, 2011.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviço na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

CARDOSO, A.; PRÉTECEILLE, E. Classes médias no Brasil: do que se trata? Qual seu tamanho? Como vem mudando? **Dados**, v. 60, n. 4, p. 977-1023, 2017.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

FACHIN, P. “É assustadora a bomba-relógio que temos pela frente”, diz economista Waldir Quadros. **Brasil de Fato**, 16 jun. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/06/16/e-assustadora-a-bomba-religio-que-temos-pela-frente-diz-economista-waldir-quadros/>. Acesso em: 28 abr. 2022.

GOBETTI, S. W.; ORAIR, R. O. Distribuição e tributação da renda no Brasil: novas evidências a partir das declarações fiscais das pessoas físicas. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 43., 2015, Florianópolis, Santa Catarina. **Anais...** Florianópolis: Anpec, 2016. Disponível em: <https://ideas.repec.org/p/anp/en2015/024.html>. Acesso em: 17 jun. 2022.

GONÇALVES, A. P. V. *et al.* Estratificação social no Brasil: um mapa de classes de 2002 a 2015. *In*: CONGRESSO DE SOCIOLOGIA, 20., 2021, Belém, Pará. **Anais...** Belém: UFPA, 2021. Disponível em: <https://www.sbs2021.sbsociologia.com.br/arquivo/downloadpublic?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyI7czoZNToiYToxOntzOjEwOiJJRF9BUlFVSVZPIjtzOjQ6IjQ1MTciO30iO3M6MT0iaCI7czoZMjoiNTVjYjMwZTY2YWE4NGUwZTMzZTMzM2FiNmZjZTUxMDUiO30%3D>.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**: introdução ao estudo da filosofia – a filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. v. 1.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**: os intelectuais – o princípio educativo – jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000a. v. 2.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**: Maquiavel – notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000b. v. 3.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**: temas de cultura – ação católica – americanismo e fordismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 4.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**: o *risorgimento* – notas sobre a história da Itália. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a. v. 5.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**: literatura – folclore – gramática. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b. v. 6.

HOFFMANN, R. Medidas de polarização da distribuição da renda e sua evolução no Brasil de 1995 a 2013. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 1, p. 165-187, abr. 2017.

JANNUZZI, P. de M. Pobreza, desigualdade e mobilidade social no Brasil: dos avanços civilizatórios pós-Constituição de 1988 aos prenúncios da barbárie liberal pós-golpe de 2016. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 21., 2018, Poços de Caldas, Minas Gerais. **Anais...** Poços de Caldas: Abep, 2018.

LUCRO do Itaú em 2013 é o maior da história dos bancos brasileiros. **G1**, 4 fev. 2014. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2014/02/lucro-do-itaui-em-2013-e-o-maior-da-historia-dos-bancos-brasileiros.html>.

MAGALHÃES, L. C. G. de. **Crescimento, emprego e distribuição de renda: o desempenho econômico do primeiro governo Dilma e o ressurgimento do pacto antidistributivista no Brasil**. Brasília: Liderança do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados, 2015.

MARX, K. O 18 de brumário de Luís Bonaparte. *In*: MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 331-404.

MILLS, C. W. (Ed.). **White collar: the American middle classes**. Nova York: Oxford University Press, 1951.

MILLS, C. W. (Ed.). **The power elite**. Nova York: Oxford University Press, 1956.

MILLS, C. W. (Ed.). **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

NERI, M. **A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide**. São Paulo: Saraiva, 2011.

OXFAM BRASIL **A distância que nos une: um retrato das desigualdades brasileiras**. São Paulo: Oxfam Brasil, 2017. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/a-distancia-que-nos-une/>.

POCHMANN, M. **Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2012.

POMPEU, J. C. *et al.* **Tipologias de estrutura de classe no Brasil: discussão teórica, proposta metodológica e implicações para as políticas públicas**. Brasília: Ipea, set. 2020. (Texto para Discussão, n. 2592).

QUADROS, W. **PNAD 2015: o retrocesso se explicita**. Campinas: IE/Unicamp, fev. 2017. (Texto para Discussão, n. 286). Disponível em: <https://www.cesit.net.br/pnad-2015-o-retrocesso-se-explicita/>. Acesso em: 10 abr. 2022.

RIBEIRO, C. A. C. **Estrutura de classe e mobilidade social no Brasil**. Bauru: Anpocs; Edusc, 2007.

SARAMAGO, H. A.; FREITAS, F. N. P.; MEDEIROS, C. A. de. Distribuição funcional da renda: aspectos conceituais e metodológicos e uma análise de decomposição para a parcela salarial no Brasil (1995-2015). *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 23., 2018, Niterói, Rio de Janeiro. **Anais...** Niterói: Enep, 2018.

SANTOS, J. A. F. **Estrutura de posições de classe no Brasil**: mapeamento, mudanças e efeitos na renda. Rio de Janeiro: Editora Iuperj, 2002.

SEBRAE – SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Perfil do MEI**. Brasília: Sebrae, 2022. Disponível em: <https://data-sebrae.com.br/perfil-do-microempreendedor-individual/>. Acesso em: 10 out. 2022.

SINGER, A. Cutucando onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato Dilma Rousseff (2011-2014). **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 39-67, 2015.

SINGER, A. **O lulismo em crise**: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SINGER, P. **Dominação e desigualdade**: estrutura de classes e repartição da renda no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

SOUZA, P. H. G. F. **Uma história da desigualdade**: a concentração de renda entre os ricos no Brasil (1926-2013). São Paulo: Hucitec, 2018.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**: a árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987a. v. 1.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**: a maldição de Adão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987b. v. 2.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**: a força dos trabalhadores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987c. v. 3.

VIANA, A. R. **O capital hegemom**: crítica à economia apolítica. 2005. Tese (Doutorado) – Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FAORO, R. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 10. ed. São Paulo: Ed. Globo; Publifolha, 2000. v. 2.

GOLDTHORPE, J. H. (Ed.). **Sociology as a population science**. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press, 2016.

IANNI, O. **A ditadura do grande capital**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

OLIVEIRA, F. de. **A economia da dependência imperfeita**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

OLIVEIRA, F. de. **Os direitos do antivalor**: a economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis: Vozes, 1993.

OLIVEIRA, F. de. **Crítica à razão dualista/o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

SINGER, A. **Os sentidos do lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.



## APÊNDICE A

**TABELA A.1**  
**Distribuição do número estimado de pessoas, por ano de referência da PNAD, segundo a tipologia de classe (2002-2015)**  
 (Em %)

Classificação social proposta	Ano de referência												
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015
	Número estimado de pessoas												
Capitalistas e fazendeiros	0,51	0,50	0,49	0,49	0,56	0,45	0,52	0,48	0,50	0,50	0,57	0,58	0,50
Pequenos empregadores	3,30	3,22	3,23	3,31	3,41	2,92	3,47	3,27	2,55	2,85	2,72	2,71	2,64
Conta-próprias não agrícolas	6,22	6,13	6,08	5,95	5,89	5,94	5,54	5,41	6,31	6,44	6,24	6,60	6,95
Conta-próprias agrícolas	5,08	5,03	5,28	4,87	4,66	4,34	4,21	4,12	4,41	3,93	3,87	3,98	4,04
Especialistas autoempregados	0,91	0,96	0,88	0,88	0,88	0,90	0,92	1,02	1,09	1,16	1,13	1,16	1,20
Gerentes	1,64	1,58	1,53	1,63	1,57	1,69	1,82	1,68	1,57	1,90	1,98	1,98	1,81
Empregados especialistas	1,48	1,51	1,51	1,54	1,65	1,72	1,83	2,04	2,23	2,39	2,44	2,58	2,51
Empregados qualificados	10,69	10,74	10,88	11,05	11,13	11,71	11,72	11,75	13,93	13,04	12,96	12,75	12,39
Supervisores	1,17	0,97	1,05	1,18	1,04	1,18	0,92	0,89	0,91	0,97	0,92	0,90	0,84
Trabalhadores típicos	16,92	17,13	17,92	17,55	18,04	18,38	19,92	19,15	19,84	21,02	21,16	20,60	19,14
Trabalhadores elementares	8,87	8,76	9,17	8,78	8,82	8,71	8,81	8,55	7,88	7,96	7,59	7,34	7,10
Conta-próprias precários	9,01	9,08	8,90	8,92	8,69	9,03	8,86	8,96	8,31	8,31	8,48	8,53	8,89
Empregados domésticos	7,31	7,21	7,27	7,20	7,13	7,00	6,81	7,30	6,75	6,44	6,33	6,15	6,02
Trabalhador de subsistência	3,74	3,94	3,84	4,26	4,30	4,11	4,19	3,84	3,81	3,70	4,14	4,19	3,57
Trabalhador excedente	12,99	13,22	11,92	12,54	12,09	11,48	10,04	10,95	8,78	8,30	8,38	9,03	11,63
Servidores públicos	9,66	9,56	9,63	9,45	9,65	10,07	9,97	10,13	10,65	10,61	10,59	10,47	10,30
Gerentes (funcionários públicos)	0,57	0,58	0,58	0,60	0,60	0,63	0,56	0,52	0,53	0,52	0,55	0,51	0,49
Empregados especialistas (funcionários públicos)	2,25	1,25	1,23	1,23	1,41	1,44	1,54	1,79	1,92	1,98	2,02	2,09	2,08
Empregados qualificados (funcionários públicos)	2,82	2,80	2,90	2,85	2,96	3,13	2,93	2,84	3,07	3,04	3,17	3,13	3,13
Supervisores (funcionários públicos)	0,21	0,22	0,19	0,22	0,19	0,20	0,25	0,17	0,16	0,16	0,15	0,14	0,13
Trabalhadores típicos (funcionários públicos)	3,84	3,78	3,76	3,58	3,59	3,65	3,69	3,88	3,98	3,93	3,82	3,76	3,68

(Continua)

(Continuação)

Classificação social proposta	Ano de referência												
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015
	Número estimado de pessoas												
Trabalhadores elementares (funcionários públicos)	0,97	0,93	0,97	0,97	0,90	1,01	0,98	0,92	0,99	0,99	0,88	0,84	0,80
Militares (bombeiros e policiais)	0,50	0,48	0,43	0,41	0,42	0,37	0,44	0,46	0,50	0,48	0,51	0,45	0,47
Gerentes militares	0,04	0,03	0,04	0,03	0,04	0,03	0,03	0,04	0,04	0,04	0,05	0,04	0,05
Empregados qualificados militares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,02	0,01	0,03	0,01	0,01
Supervisores militares	0,09	0,07	0,07	0,08	0,06	0,07	0,08	0,09	0,11	0,10	0,13	0,12	0,13
Trabalhadores típicos militares	0,37	0,38	0,33	0,30	0,32	0,27	0,33	0,33	0,34	0,32	0,31	0,28	0,28
<b>Brasil</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte: PNAD Anual. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html>. Acesso em: 28 ago. 2023.

Elaboração: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Obs.: PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

**TABELA A.2**  
**Valor médio real estimado do trabalho principal, por classificação social proposta, segundo ano-base da PNAD Anual (2002-2015)**  
 (Em R\$)

Classificação social proposta	Ano de referência												
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015
	Valor médio real estimado do trabalho principal												
<b>Brasil</b>	<b>1.518,87</b>	<b>1.400,08</b>	<b>1.402,80</b>	<b>1.452,06</b>	<b>1.559,43</b>	<b>1.622,97</b>	<b>1.675,49</b>	<b>1.691,63</b>	<b>1.868,14</b>	<b>2.010,39</b>	<b>2.055,55</b>	<b>2.080,91</b>	<b>1.958,61</b>
Capitalistas e fazendeiros	11.798,04	11.854,09	11.595,35	11.643,02	12.184,94	12.056,56	11.955,31	12.118,49	13.151,47	14.118,23	12.550,28	13.249,14	12.292,77
Pequenos empregadores	4.676,58	4.115,80	4.001,25	4.316,59	4.542,55	4.789,61	4.493,02	4.534,57	4.838,71	5.266,96	5.774,13	5.520,35	5.093,78
Conta-própria não agrícolas	2.202,11	2.040,27	2.033,26	2.004,86	2.133,14	2.368,42	2.264,61	2.263,34	2.476,89	2.647,41	2.528,52	2.616,58	2.340,24
Conta-própria agrícolas	773,39	782,98	826,05	784,85	840,03	1.046,26	952,19	1.011,74	1.099,89	1.206,72	1.264,09	1.237,56	1.108,15
Especialistas autoempregados	7.041,96	6.539,55	6.303,40	6.903,97	6.518,87	6.650,40	6.628,06	6.180,36	6.437,11	6.891,63	7.408,24	7.057,95	6.864,64
Gerentes	5.114,40	4.579,81	4.465,00	4.592,00	4.816,52	4.710,77	4.557,01	4.863,77	5.258,60	5.050,00	5.255,00	5.409,91	5.406,87
Empregados especialistas	5.702,48	4.946,98	4.785,55	4.962,73	4.805,11	4.802,85	5.158,99	4.980,67	5.015,60	5.184,20	5.441,65	5.167,31	5.234,03
Empregados qualificados	1.642,33	1.518,73	1.529,51	1.608,43	1.658,38	1.726,70	1.774,07	1.767,63	1.789,32	1.925,53	1.935,76	1.987,62	1.946,24
Supervisores	2.462,33	2.368,02	2.146,60	2.195,51	2.445,22	2.438,00	2.823,50	2.959,19	3.053,89	3.209,07	3.072,47	3.122,56	3.082,03
Trabalhadores típicos	1.322,73	1.244,49	1.263,36	1.298,23	1.373,45	1.423,95	1.434,07	1.463,03	1.602,77	1.666,29	1.713,80	1.734,29	1.679,20
Trabalhadores elementares	694,35	679,87	702,20	748,37	799,65	867,08	883,38	916,05	1.038,78	1.094,14	1.140,60	1.173,27	1.140,39
Conta-própria precários	990,84	925,64	901,92	932,18	993,73	1.092,23	1.100,26	1.102,92	1.387,73	1.465,94	1.506,70	1.541,28	1.450,82
Empregados domésticos	622,97	589,94	590,72	621,25	670,84	700,37	717,50	760,43	848,65	929,98	968,16	1.004,93	993,13
Trabalhador de subsistência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Trabalhador excedente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores públicos	2.638,92	2.455,17	2.474,38	2.581,90	2.873,16	2.887,47	2.921,76	3.048,31	3.183,14	3.281,51	3.376,10	3.523,00	3.504,94

(Continua)

Classificação social proposta	Ano de referência													
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015	
	Valor médio real estimado do trabalho principal													
Gerentes (funcionários públicos)	5.559,12	4.929,12	4.872,27	5.091,76	5.238,38	5.399,54	5.528,54	5.717,64	5.992,70	6.508,11	6.248,41	7.061,77	6.424,89	
Empregados especialistas (funcionários públicos)	5.658,57	5.307,92	5.177,94	5.354,77	5.901,21	5.747,55	5.603,35	5.727,64	6.034,54	5.957,04	6.088,26	6.182,77	6.225,19	
Empregados qualificados (funcionários públicos)	2.668,86	2.401,68	2.522,08	2.557,09	2.818,96	2.812,41	2.945,52	2.944,83	3.051,41	3.132,00	3.231,90	3.398,32	3.360,79	
Supervisores (funcionários públicos)	3.039,16	3.053,79	2.922,17	3.218,86	3.337,99	3.884,75	3.428,87	3.738,48	3.980,64	4.056,93	4.248,96	4.398,46	4.323,27	
Trabalhadores típicos (funcionários públicos)	1.620,24	1.537,39	1.579,49	1.646,24	1.784,96	1.850,05	1.856,56	1.968,05	2.005,58	2.114,10	2.102,27	2.137,03	2.163,18	
Trabalhadores elementares (funcionários públicos)	882,76	846,26	847,02	900,34	983,84	1.005,27	1.023,20	1.052,95	1.148,38	1.210,56	1.257,57	1.282,51	1.260,47	
Militares (bombeiros e policiais)	3.386,23	3.013,05	3.043,72	3.350,75	3.673,81	3.688,14	3.934,00	4.071,05	4.324,41	4.724,67	4.908,48	5.167,44	5.241,31	
Gerentes militares	7.157,78	6.369,12	5.681,03	6.739,12	7.044,61	7.618,90	8.273,77	8.937,89	8.389,02	9.845,52	9.160,19	10.033,68	9.488,62	
Empregados qualificados militares	5.402,13	1.593,03	1.248,24	1.428,93	2.334,42	4.494,48	5.591,52	2.961,07	3.830,81	4.706,71	4.284,39	4.321,27	3.870,96	
Supervisores militares	4.013,46	3.563,81	3.699,76	3.925,36	4.143,57	3.901,67	4.547,15	4.915,37	5.067,23	5.521,40	5.535,73	5.860,95	6.075,40	
Trabalhadores típicos militares	2.834,20	2.643,75	2.602,79	2.821,64	3.164,66	3.168,21	3.418,39	3.324,88	3.589,42	3.782,26	4.052,07	4.223,07	4.175,10	

Fonte: PNAD Anual. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html>. Acesso em: 28 ago. 2023.

Elaboração: Ipea

Obs.: Valores corrigidos para abril de 2021 pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (INPC/IBGE).

**TABELA A.3**  
**Proporção do rendimento sobre o valor médio real estimado do trabalho principal por classificação social proposta, segundo ano-base da PNAD Anual (2002-2015)**

Classificação social proposta	Ano de referência												
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015
	Valor médio real estimado do trabalho principal												
Capitalistas e fazendeiros	7,77	8,47	8,27	8,02	7,81	7,43	7,14	7,16	7,04	7,02	6,11	6,37	6,28
Pequenos empregadores	3,08	2,94	2,85	2,97	2,91	2,95	2,68	2,68	2,59	2,62	2,81	2,65	2,60
Conta próprias não agrícolas	1,45	1,46	1,45	1,38	1,37	1,46	1,35	1,34	1,33	1,32	1,23	1,26	1,19
Conta próprias agrícolas	0,51	0,56	0,59	0,54	0,54	0,64	0,57	0,60	0,59	0,60	0,61	0,59	0,57
Especialistas autoempregados	4,64	4,67	4,49	4,75	4,18	4,10	3,96	3,65	3,45	3,43	3,60	3,39	3,50
Gerentes	3,37	3,27	3,18	3,16	3,09	2,90	2,72	2,88	2,81	2,51	2,56	2,60	2,76
Empregados especialistas	3,75	3,53	3,41	3,42	3,08	2,96	3,08	2,94	2,68	2,58	2,65	2,48	2,67
Empregados qualificados	1,08	1,08	1,09	1,11	1,06	1,06	1,06	1,04	0,96	0,96	0,94	0,96	0,99
Supervisores	1,62	1,69	1,53	1,51	1,57	1,50	1,69	1,74	1,63	1,60	1,49	1,50	1,57
Trabalhadores típicos	0,87	0,89	0,90	0,89	0,88	0,88	0,86	0,86	0,86	0,83	0,83	0,83	0,86
Trabalhadores elementares	0,46	0,49	0,50	0,52	0,51	0,53	0,53	0,54	0,56	0,54	0,55	0,56	0,58
Conta próprias precários	0,65	0,66	0,64	0,64	0,64	0,67	0,66	0,65	0,74	0,73	0,73	0,74	0,74
Empregados domésticos	0,41	0,42	0,42	0,43	0,43	0,43	0,43	0,45	0,45	0,46	0,47	0,48	0,51
Trabalhador de subsistência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Trabalhador excedente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores públicos	1,74	1,75	1,76	1,78	1,84	1,78	1,74	1,80	1,70	1,63	1,64	1,69	1,79
Gerentes (funcionários públicos)	3,66	3,52	3,47	3,51	3,36	3,33	3,30	3,38	3,21	3,24	3,04	3,39	3,28
Empregados especialistas (funcionários públicos)	3,73	3,79	3,69	3,69	3,78	3,54	3,34	3,39	3,23	2,96	2,96	2,97	3,18

(Continua)

(Continuação)

Classificação social proposta	Ano de referência												
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015
	Valor médio real estimado do trabalho principal												
Empregados qualificados (funcionários públicos)	1,76	1,72	1,80	1,76	1,81	1,73	1,76	1,74	1,63	1,56	1,57	1,63	1,72
Supervisores (funcionários públicos)	2,00	2,18	2,08	2,22	2,14	2,39	2,05	2,21	2,13	2,02	2,07	2,11	2,21
Trabalhadores típicos (funcionários públicos)	1,07	1,10	1,13	1,13	1,14	1,14	1,11	1,16	1,07	1,05	1,02	1,03	1,10
Trabalhadores elementares (funcionários públicos)	0,58	0,60	0,60	0,62	0,63	0,62	0,61	0,62	0,61	0,60	0,61	0,62	0,64
Militares (bombeiros e policiais)	2,23	2,15	2,17	2,31	2,36	2,27	2,35	2,41	2,31	2,35	2,39	2,48	2,68
Gerentes militares	4,71	4,55	4,05	4,64	4,52	4,69	4,94	5,28	4,49	4,90	4,46	4,82	4,84
Empregados qualificados militares	3,56	1,14	0,89	0,98	1,50	2,77	3,34	1,75	2,05	2,34	2,08	2,08	1,98
Supervisores militares	2,64	2,55	2,64	2,70	2,66	2,40	2,71	2,91	2,71	2,75	2,69	2,82	3,10
Trabalhadores típicos militares	1,87	1,89	1,86	1,94	2,03	1,95	2,04	1,97	1,92	1,88	1,97	2,03	2,13
<b>Brasil</b>	<b>1,00</b>	<b>1,00</b>	<b>1,00</b>	<b>1,00</b>	<b>1,00</b>	<b>1,00</b>	<b>1,00</b>	<b>1,00</b>	<b>1,00</b>	<b>1,00</b>	<b>1,00</b>	<b>1,00</b>	<b>1,00</b>

Fonte: PNAD Anual. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html>. Acesso em: 28 ago. 2023.

Elaboração: Ipea.

Obs.: Valores corrigidos para abril de 2021 pelo INPC/IBGE.

**TABELA A.4**  
**Variação acumulada do valor médio real estimado do trabalho principal, por classificação social proposta, segundo ano-base da PNAD Anual (2002-2015)**  
 (Em %)

Classificação social proposta	Ano de referência													
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015	
	Valor médio real estimado do trabalho principal													
Capitalistas e fazendeiros	0,00	0,48	-1,72	-1,31	3,28	2,19	1,33	2,72	11,47	19,67	6,38	12,30	4,19	
Pequenos empregadores	0,00	-11,99	-14,44	-7,70	-2,87	2,42	-3,93	-3,04	3,47	12,62	23,47	18,04	8,92	
Conta próprias não agrícolas	0,00	-7,35	-7,67	-8,96	-3,13	7,55	2,84	2,78	12,48	20,22	14,82	18,82	6,27	
Conta próprias agrícolas	0,00	1,24	6,81	1,48	8,62	35,28	23,12	30,82	42,22	56,03	63,45	60,02	43,29	
Especialistas autômpregados	0,00	-7,13	-10,49	-1,96	-7,43	-5,56	-5,88	-12,24	-8,59	-2,13	5,20	0,23	-2,52	
Gerentes	0,00	-10,45	-12,70	-10,21	-5,82	-7,89	-10,90	-4,90	2,82	-1,26	2,75	5,78	5,72	
Empregados especialistas	0,00	-13,25	-16,08	-12,97	-15,74	-15,78	-9,53	-12,66	-12,05	-9,09	-4,57	-9,38	-8,21	
Empregados qualificados	0,00	-7,53	-6,87	-2,06	0,98	5,14	8,02	7,63	8,95	17,24	17,87	21,02	18,50	
Supervisores	0,00	-3,83	-12,82	-10,84	-0,69	-0,99	14,67	19,37	24,02	30,33	24,78	26,81	25,17	
Trabalhadores típicos	0,00	-5,91	-4,49	-1,85	3,83	7,65	8,42	10,61	21,17	25,97	29,57	31,11	26,95	
Trabalhadores elementares	0,00	-2,09	1,13	7,78	15,16	24,88	27,22	31,93	49,60	57,58	64,27	68,97	64,24	
Conta próprias precários	0,00	-6,58	-8,97	-5,92	0,29	10,23	11,04	11,31	40,06	47,95	52,06	55,55	46,42	
Empregados domésticos	0,00	-5,30	-5,18	-0,28	7,68	12,43	15,17	22,06	36,23	49,28	55,41	61,31	59,42	
Trabalhador de subsistência	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Trabalhador excedente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Servidores públicos	0,00	-6,96	-6,24	-2,16	8,88	9,42	10,72	15,51	20,62	24,35	27,93	33,50	32,82	
Gerentes (funcionários públicos)	0,00	-11,33	-12,36	-8,41	-5,77	-2,87	-0,55	2,85	7,80	17,07	12,40	27,03	15,57	
Empregados especialistas (funcionários públicos)	0,00	-6,20	-8,49	-5,37	4,29	1,57	-0,98	1,22	6,64	5,27	7,59	9,26	10,01	
Empregados qualificados (funcionários públicos)	0,00	-10,01	-5,50	-4,19	5,62	5,38	10,37	10,34	14,33	17,35	21,10	27,33	25,93	
Supervisores (funcionários públicos)	0,00	0,48	-3,85	5,91	9,83	27,82	12,82	23,01	30,98	33,49	39,81	44,73	42,25	

(Continua)

(Continuação)

Classificação social proposta	Ano de referência													
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015	
	Valor médio real estimado do trabalho principal													
Trabalhadores típicos (funcionários públicos)	0,00	-5,11	-2,51	1,60	10,17	14,18	14,59	21,47	23,78	30,48	29,75	31,90	33,51	
Trabalhadores elementares (funcionários públicos)	0,00	-4,13	-4,05	1,99	11,45	13,88	15,91	19,28	30,09	37,13	42,46	45,28	42,79	
Militares (bombeiros e policiais)	0,00	-11,02	-10,11	-1,05	8,49	8,92	16,18	20,22	27,71	39,53	44,95	52,60	54,78	
Gerentes militares	0,00	-11,02	-20,63	-5,85	-1,58	6,44	15,59	24,87	17,20	37,55	27,98	40,18	32,56	
Empregados qualificados militares	0,00	-70,51	-76,89	-73,55	-56,79	-16,80	3,51	-45,19	-29,09	-12,87	-20,69	-20,01	-28,34	
Supervisores militares	0,00	-11,20	-7,82	-2,20	3,24	-2,79	13,30	22,47	26,26	37,57	37,93	46,03	51,38	
Trabalhadores típicos militares	0,00	-6,72	-8,17	-0,44	11,66	11,78	20,61	17,31	26,65	33,45	42,97	49,00	47,31	
<b>Brasil</b>	<b>0,00</b>	<b>7,82</b>	<b>-7,64</b>	<b>-4,40</b>	<b>2,67</b>	<b>6,85</b>	<b>10,31</b>	<b>11,37</b>	<b>23,00</b>	<b>32,36</b>	<b>35,33</b>	<b>37,00</b>	<b>28,95</b>	

Fonte: PNAD Anual. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html>. Acesso em: 28 ago. 2023.

Elaboração: Ipea.

Obs.: Valores corrigidos para abril de 2021 pelo INPC/IBGE.



